

O DEBATE DO ESTADO

Simon Clarke

Palestrante Sênior em Sociologia, Universidade de Warwick

Autor de

correspondência:

leonardo.carnut@unifesp.

br

*Clarke S. Chapter 1. The State Debate. p. 1-61. Warwick, UK: 1991. [citado em 15 jun 2022].

Disponível em: <https://files.warwick.ac.uk/simonclarke/files/pubs/statebk.pdf>

As notas de rodapé que estão com a sigla N.T., simbolizam as Notas dos Tradutores sobre o conteúdo do texto ou outras reflexões, esclarecimentos e contextualizações.

Leonardo CARNUTⁱ  

Luciana Luchesi Quintanilha FOGAÇAⁱⁱ  

https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC_CR.v2-e005

Resumo

Produzido originalmente na língua inglesa, este artigo faz parte de uma coleção que visa compilar o debate dos anos 1960–1970 sobre o Estado na teoria marxista em pleno auge das lutas político-sociais no pós-segunda guerra, e ainda, na derrocada do Estado Social Capitalista (*Welfare State*). Com um valor histórico-científico ímpar, trata-se de uma das raridades acadêmicas que expõe com muita precisão as origens do debate da derivação do Estado. O texto discorre sobre os argumentos intensamente discutidos pelo Grupo de Economistas Socialistas na Inglaterra sobre o Estado entre os marxistas e revela como esta discussão foi abrindo espaço para o avanço do debate derivacionista. Em que pese o fato de que este debate ficou “em aberto” naquele período, sua precisão metodológica, hoje, demonstra a força do método marxiano em antever tendências, sendo essencial para compreensão da relação orgânica entre Estado e Capital.

Palavras-chave: Derivacionismo, Estado, capital, debate, teoria.

Copyright: Artigo de acesso aberto, sob os termos da Licença Creative Commons (CC BY-NC), que permite copiar e redistribuir, remixar, transformar e criar a partir do trabalho, desde que sem fins comerciais. Obrigatória a atribuição do devido crédito.



ⁱUniversidade Federal de São Paulo – Unifesp, Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde – CEDESS, Programa de Pós-graduação de Ensino em Ciências da Saúde, São Paulo, SP, Brasil.

ⁱⁱUniversidade de São Paulo – USP, Faculdade de Saúde Pública – FSP, Grupo de Pesquisa em Saúde, Estado e Capitalismo Contemporâneo. São Paulo, SP, Brasil.

THE STATE DEBATE

Abstract: Originally produced in the English language, this article is part of a collection that aims to compile the debate of the 1960s–1970s on the State in Marxist theory at the height of political-social struggles in the post-World War II period, and even at the collapse of the Capitalist Social State (Welfare State). With a unique historical-scientific value, this is one of the academic rarities that very precisely expose the origins of the debate on the derivation of the State. The text discusses the arguments intensely discussed by the Group of Socialist Economists in England about the State among Marxists and reveals how this discussion opened space for the advancement of the derivationist debate. Despite the fact that this debate remained “open” in that period, its methodological precision today demonstrates the strength of the Marxian method in foreseeing tendencies, being essential for understanding the organic relationship between State and Capital.

Descriptors: Derivationism, State, capital, debate.

EL DEBATE DEL ESTADO

Resumen: Producido originalmente en idioma inglés, este artículo forma parte de una colección que pretende recopilar el debate de las décadas de 1960 y 1970 sobre el Estado en la teoría marxista en el apogeo de las luchas político-sociales en el período posterior a la Segunda Guerra Mundial, en el contexto de derrumbe del Estado Social Capitalista (*Welfare State*). Con un valor histórico-científico único, es una de las rarezas académicas que expone con mucha precisión los orígenes del debate sobre la derivación del Estado. El texto expone los argumentos intensamente discutidos por el Grupo de Economistas Socialistas de Inglaterra sobre el Estado entre los marxistas y revela cómo esta discusión abrió espacio para el avance del debate derivacionista. Mismo este debate quedando “abierto” en ese período, su precisión metodológica hoy demuestra la fortaleza del método marxista en la anticipación de tendencias, siendo esencial para comprender la relación orgánica entre Estado y Capital.

Palabras clave: Derivacionismo, Estado, capital, debate, teoría.

INTRODUÇÃO

Os documentos centrais desta coleção apresentam uma abordagem particular do Estado capitalista que foi desenvolvida durante os anos 1970 em grupos de trabalho da Conferência dos Economistas Socialistas (CSE). Embora estes documentos tenham sido construídos com base em discussões coletivas, eles não expressaram de forma alguma um consenso dentro do CSE, ou mesmo dentro dos grupos de trabalho relevantes. A justificativa para sua seleção não é que eles sejam representativos do trabalho dentro do CSE, mas que eles expressam uma abordagem teórica distinta do Estado^a.

Embora o CSE tenha sido originalmente estabelecido em 1969 como um fórum para economistas, seus debates logo foram além das preocupações estritamente econômicas na tentativa de localizar os desenvolvimentos econômicos como um aspecto do desenvolvimento do sistema capitalista como um todo. Não havia como isolar as questões econômicas das questões políticas na atmosfera de crescente crise econômica e de aguçar os conflitos políticos e ideológicos durante os anos 1970. Era cada vez mais claro que o curso futuro do desenvolvimento econômico e social da sociedade capitalista não era uma questão de desdobramento de leis econômicas, sejam marxistas ou neoclássicas, mas seria determinado como o resultado de lutas sociais e políticas. Por outro lado, ficou igualmente claro que o resultado de tais lutas não seria determinado apenas pela vontade e determinação das forças em jogo, mas também seria circunscrito pela estrutura econômica, política e ideológica dentro da qual elas eram combatidas. A renovação da luta de classes do final dos anos 1960 trouxe à tona as questões teóricas da relação entre

^aOs trabalhos de Colin Barker, Joachim Hirsch e Bob Jessop fornecem um sabor de outros lados deste debate. Entretanto, não peço desculpas pelo equilíbrio da coleção, nem pelo partidarismo desta introdução! Sou grato àqueles que comentaram as versões anteriores desta introdução (particularmente John Holloway, Werner Bonefeld, Sol Picciotto, Andrea Wittkowsky e Joachim Hirsch), aos membros do CSE de Warwick e Coventry CSE Local State Groups para discussão das questões levantadas e, acima de tudo, aos muitos camaradas que participaram do debate estadual nos últimos quinze anos, aos quais todo o crédito e toda responsabilidade são devidos.

“economia” e “política”, entre “estrutura” e “luta” na compreensão do papel do Estado capitalista.

A singularidade dos trabalhos deste volume reside na tentativa de desenvolver uma abordagem do Estado centrada no papel determinante da luta de classes, contra a ortodoxia estrutural-funcionalista que prevaleceu no início dos anos 1970, e que voltou a prevalecer nos anos 1980. Na Grã-Bretanha, este funcionalismo estrutural foi associado nos anos 1970 principalmente com o trabalho de Poulantzas, e nos anos 1980 com o de Habermas e Offe, por um lado, e a Escola Francesa de Regulação, por outro. No entanto, o desenvolvimento mais sofisticado desta abordagem pode ser encontrado no trabalho de Joachim Hirsch, que se baseou em todas estas fontes enquanto tentava estabelecer a teoria do Estado sobre as fundações marxistas.

O debate estatal alemão e o trabalho inicial de Hirsch forneceram uma das fontes para os documentos que compõem este volume. Entretanto, estes documentos retomaram o trabalho alemão sobre o Estado dentro do contexto particular britânico de uma crise econômica cada vez mais profunda e da intensificação da luta econômica e política. Neste contexto, as tendências “estrutural-funcionalistas” das contribuições francesas e alemãs pareceram inadequadas para minimizar o papel da luta de classes. Por outro lado, as análises econômicas britânicas mais sofisticadas da crise e da luta de classes prestaram atenção insuficiente à especificidade do Estado e da luta política. Os debates através dos quais surgiram os trabalhos aqui reproduzidos procuraram integrar as lições dos debates estatais franceses e alemães com os insights das análises britânicas sobre a crise.

A justificativa para a reimpressão destes papéis não é uma preocupação antiquária para exumar o passado. É antes que as questões teóricas levantadas no debate nunca foram finalmente resolvidas, principalmente porque a mudança das circunstâncias políticas ditou uma mudança na ênfase teórica, a aparente estabilização do capitalismo após a recessão de 1979-81, subjacente à renovação do funcionalismo estrutural

e da teoria de sistemas, e a marginalização da análise de classes. À medida que as tendências de crise do capitalismo reaparecem, e à medida que o conflito de classes recomeça, o caráter temporário dessa estabilização torna-se cada vez mais claro, minando a plausibilidade das teorias integracionistas dominantes e dando nova vida aos velhos debates. A reimpressão das contribuições para esses debates, com uma longa pesquisa introdutória, não pretende implicar que as velhas respostas sejam adequadas às novas questões, mas apenas que as lições do passado são uma importante rampa de lançamento para as lutas do futuro. Como uma das últimas contribuições para o debate anterior, "não devemos abandonar o entendimento do capitalismo e do Estado que adquirimos tão dolorosamente durante as décadas Keynesianas" (London-Edinburgh Weekend Return Group, 1980, Postscript à 2ª edição, p. 143). É de se esperar que a presente coleção possa ajudar a reavivar esse entendimento, a fim de sujeitá-lo a uma revisão crítica à luz das circunstâncias alteradas^b.

O PROBLEMA DO ESTADO CAPITALISTA

O debate estatal dos anos 1970 desenvolveu-se em oposição a duas teorias do Estado que tinham sido dominantes à esquerda nos anos 1960. A teoria marxista ortodoxa do capitalismo monopolista de Estado foi baseada numa identificação imediata do Estado com os interesses do capital, na medida em que a teoria se referia à "fusão do poder estatal e monopolista" (Afansyev, 1974, p. 197). Esta identificação baseava-se principalmente no argumento de que a socialização da produção e a concentração e centralização do capital a ela associada tinham forçado o Estado a assumir muitas das funções do capital, na tentativa de evitar uma crise econômica e de estabilizar a luta de classes. Assim, o sistema de dinheiro e crédito, o sistema tributário, a nacionalização, os instrumentos de planejamento e os gastos civis e militares do Estado são todos utilizados

^bO debate foi retomado recentemente nas páginas de *Capital e Classe* (Bonefeld, 1987; Holloway, 1988; Jessop, 1988; Clarke, 1988b). Estes artigos foram coletados, com outras contribuições, em Bonefeld e Holloway, orgs., em breve. Ver também a publicação há muito esperada da importante coleção de ensaios de Toni Negri (Negri, 1988).

para manter a acumulação do capital e assim garantir os interesses econômicos estratégicos dos capitais monopolistas nacionais. A capacidade do capital monopolista de assegurar que o Estado de fato sirva seus interesses, tanto em relação aos capitais nacionais concorrentes quanto à classe trabalhadora, foi determinada por sua concentração do poder econômico, suas conexões pessoais com o executivo, o domínio do executivo sobre o legislativo e o domínio do reformismo sobre a classe trabalhadora.

A teoria social-democrata do Estado, por outro lado, enfocou a separação institucional do Estado da economia, e assim enfatizou a *autonomia* do Estado como uma instituição política. Esta separação analítica entre o "político" e o "econômico" baseou-se teoricamente numa separação radical entre a produção e a distribuição. Deste ponto de vista, a intervenção do Estado para garantir as condições para o crescimento sustentado da produção capitalista subordinou a preocupação capitalista pelo lucro ao interesse nacional no crescimento da riqueza nacional. O caráter de classe do Estado era determinado não por sua intervenção na produção, mas por sua relação com a distribuição, que poderia modificar principalmente através de suas políticas fiscais e de despesas. Assim, um governo social-democrata poderia, em princípio, utilizar os instrumentos do poder estatal para contrabalançar o poder econômico do capital, conciliando a eficiência econômica do modo de produção capitalista com um sistema equitativo de distribuição. Para a esquerda social-democrata, o Estado poderia servir como o instrumento de transição para o socialismo, transformando as relações de propriedade ao tornar as empresas capitalistas em propriedade pública. Para a direita social-democrata, a "separação da propriedade e do controle" tornou a questão da propriedade irrelevante.

A inadequação dessas teorias sobre o Estado tornou-se cada vez mais manifesta durante os anos 1960. Por um lado, o crescimento do Estado social e a eleição de governos social-democratas, particularmente na Grã-Bretanha e na Alemanha, minaram a tosca identificação do Estado

com os interesses do capital monopolista. A crescente internacionalização do capital prejudicou a identificação do Estado-nação com os interesses do capital nacional. A incapacidade do Estado de lidar com uma crise econômica crescente prejudicou a visão de que o Estado era capaz de funcionar efetivamente como o instrumento do capital. Além disso, a teoria do capitalismo monopolista de Estado sofreu com sua associação com a política do movimento comunista ortodoxo, uma política que tinha pouco apelo para os movimentos sociais que surgiram no final dos anos 1960.

Por outro lado, o impacto limitado do Estado social sobre os problemas de pobreza, habitação precária e saúde precária, os problemas econômicos emergentes de instabilidade monetária e financeira, seguidos pelo aumento do desemprego, a crescente agitação social, particularmente entre os jovens e os estratos marginalizados, e o fracasso dos governos social-democratas em efetivamente desafiar o poder e os interesses do capital minaram o otimismo cor-de-rosa da visão social-democrata do Estado, à medida que a década se prolongava. Se a teoria do capitalismo monopolista estatal subestimou a autonomia do Estado, a teoria social-democrata subestimou os limites dessa autonomia. O que era necessário era uma teoria mais adequada sobre a natureza e os limites do poder do Estado capitalista.

Era claro que o Estado não podia ser reduzido a um *instrumento* da classe capitalista, mas também não podia ser visto como o terreno neutro da luta de classes. Embora as lutas políticas tivessem claramente algum impacto sobre o caráter do Estado, este impacto estava confinado dentro de limites que pareciam ser inerentes à relação estrutural entre o Estado e a sociedade em geral e, em particular, em sua relação com a economia. Assim, o problema teórico colocado pelo fracasso político da social-democracia era o da relação entre "economia" e "política".

Esta questão surgiu mais ou menos simultaneamente em todo o mundo capitalista metropolitano, embora a forma como o problema foi colocado tenha sido colorida pelas tradições intelectuais e circunstâncias políticas locais. No entanto, na primeira fase do debate, temas comuns se

repetiram, de modo que o debate logo ultrapassou as fronteiras nacionais e se tornou genuinamente internacional. As novas abordagens que surgiram, embora inspiradas pelo marxismo, rejeitaram firmemente a tradicional teoria marxista do capitalismo monopolista de Estado para manter a insistência social-democrata na *autonomia* do Estado, a fim de insistir na *especificidade* do político e na *irreducibilidade* do político aos conflitos econômicos. Por outro lado, eles também rejeitaram enfaticamente a ilusão social-democrata da *neutralidade* do Estado, sendo o caráter de classe do Estado determinado em última instância pela relação *estrutural* entre o Estado e a economia, embutida na *forma* do Estado determinada por sua *função* dentro do sistema como um todo.

O DEBATE ALEMÃO

Na Alemanha, a crítica da social-democracia foi inspirada principalmente pela deriva à direita do Partido Social Democrata e pela ascensão dramática dos "novos movimentos sociais". No entanto, a teoria do capitalismo monopolista de Estado foi igualmente desacreditada. Por um lado, estava muito associada ao socialismo de Estado autoritário da RDA. Por outro lado, o Estado alemão parecia bem capaz de acomodar as aspirações econômicas da classe trabalhadora através dos sistemas de relações industriais e previdência social. Os novos movimentos sociais não eram tanto uma rebelião da classe trabalhadora, mas uma rebelião dos jovens e dos excluídos. Entretanto, os novos movimentos sociais não foram apenas uma revolta dos adolescentes, mas surgiram de um confronto com as instituições do Estado, particularmente o sistema educacional, mas também as instituições de moradia e de previdência social, e a cultura cada vez mais materialista que havia predominado no boom do pós-guerra.

O resultado foi que a crítica alemã não se baseou tanto nos interesses econômicos servidos pelo Estado, mas na forma repressiva e burocrática da administração pública e no materialismo individualista da cultura burguesa, que o Estado tanto expressou como reproduziu. A implicação imediata era que a tarefa do socialismo não era tomar posse do Estado,

como era para ambos, social-democratas e comunistas ortodoxos, mas transformar ou destruir a forma alienada e desumana de poder estatal. A tarefa da teoria do Estado era explicar a forma particular do Estado capitalista.

HABERMAS, OFFE E A ESCOLA DE FRANKFURT

A crítica alemã se baseou teoricamente, em primeira instância, nas tradições da Escola de Sociologia contemporânea de Frankfurt, que combinou o marxismo com uma tradição sociológica descendente de Weber. Por um lado, a forma estatal capitalista foi caracterizada em termos weberianos como uma forma burocrática racional de dominação, a ser explicada não principalmente em termos dos interesses que servia, ou das funções econômicas que desempenhava, mas em termos de suas funções como uma instituição especificamente política, que deveriam manter a estabilidade de todo o sistema social. Por outro lado, o sistema social mais amplo foi caracterizado em termos marxistas como uma sociedade de classes, baseada na exploração econômica, de modo que as formas políticas específicas do Estado moderno, a "social-democracia" e o "Estado-Providência keynesiano", foram vistas como uma tentativa mais ou menos bem sucedida de assegurar a integração social e política da classe trabalhadora, a fim de desestabilizar os conflitos econômicos, sociais e políticos.

Neste contexto, as formas dos sistemas políticos e administrativos do Estado foram explicadas, principalmente por Habermas e Offe, de acordo com as funções integradoras do Estado, como meio de canalizar, filtrar e reformular as demandas econômicas, sociais e políticas na tentativa de conciliar o leque de pressões conflitantes às quais o Estado estava sujeito. Assim, o Estado era visto em termos essencialmente sociológicos como o sistema que subordinava as aspirações individuais e sociais à integração e reprodução da sociedade como um todo (Habermas, 1973; Offe, 1972, 1984).

De acordo com esta abordagem, o Estado é *autônomo*, mas certamente não é *neutro*. A representação de interesses particulares está subordinada ao papel estabilizador do Estado como instituição política, de modo que é o Estado que determina quais interesses ele representará. Assim, o Estado tem que desenvolver estruturas internas que forneçam "mecanismos seletivos" através dos quais possa "filtrar" as exigências feitas a ele, de acordo com suas próprias prioridades políticas. Entretanto, a separação do Estado da esfera de produção significa que o Estado deve servir aos interesses do capital como um todo, assumindo-o para assegurar as condições de acumulação sustentada (sua "função de acumulação"), e nesta medida o Estado inevitavelmente serve, ou até constitui, o interesse geral do capital. Por outro lado, o Estado deve evitar comprometer sua legitimidade identificando-se com qualquer interesse particular (sua "função de legitimação"), de modo que dentro dos limites da necessidade de sustentar a acumulação do capital como um todo, as políticas particulares seguidas pelo Estado, e os interesses particulares servidos por essas políticas, serão o resultado contingente de seus próprios processos políticos, determinados por suas próprias prioridades políticas.

As funções de "acumulação" e "legitimação" do Estado indicam seu duplo papel, como forma de administração e como forma de dominação. Estas duas funções entram em contradição uma com a outra, pois a existência de interesses conflitantes estabelece limites à "racionalidade" do Estado como forma de administração. Entretanto, a função específica do sistema político significa que os conflitos políticos não reproduzem simplesmente conflitos econômicos, eles derivam das contradições específicas inerentes à forma particular do Estado, já que a tentativa de resolver conflitos em uma esfera de suas atividades gera tensões e precipita conflitos em outra. Uma crise política, ou "crise de gestão de crises", surge quando o aparato estatal não consegue mais conciliar as exigências conflitantes que lhe são feitas. Embora uma crise econômica limite a margem de manobra do Estado, ela não é uma condição necessária nem suficiente para uma crise política. Além disso, as forças políticas em jogo

em uma crise política não precisam ser aquelas que representam os principais interesses econômicos da sociedade.

Mais especificamente, Offe argumentou que a "função de legitimação" exige que o Estado satisfaça as aspirações populares que necessariamente entram em conflito com os interesses do capital. Existe, portanto, uma contradição entre as funções de "acumulação" e de "legitimação" do Estado. A tentativa do Estado de resolver esta contradição gera apenas novas crises e novas formas de conflito. O crescimento da tributação para financiar o Estado social corrói os lucros e, portanto, reduz os investimentos e gera resistência política. A crescente intervenção do Estado na economia ameaça a legitimidade tanto do capitalismo, já que o Estado substitui critérios políticos para o julgamento do mercado, quanto do Estado, já que se identifica diretamente com interesses econômicos particulares. A tentativa de resolver a variedade de pressões conflitantes às quais está sujeito fragmenta de forma semelhante a suposta unidade e coerência do Estado, minando suas reivindicações de racionalidade.

O principal problema teórico com o relato de Habermas e Offe sobre o Estado capitalista era que ele tratava a relação entre o capital e o Estado como puramente externa. O Estado servia aos interesses do capital na estabilização de uma sociedade capitalista, mas não havia nada especificamente capitalista sobre a *forma* do Estado, que era definida em termos weberianos, como uma forma racional de dominação/administração. Os limites do Estado também não foram definidos em relação aos limites do modo de produção capitalista, mas foram definidos nos termos pós-Weberianos de "limites da racionalidade", sendo a racionalidade do Estado como forma de administração comprometida por conflitos políticos e burocráticos que podem ou não ter relação com divisões de classe fundamentais.

O trabalho inicial de Offe foi uma mistura eclética de marxismo e sociologia. Quando mais tarde ele tentou desenvolver suas ideias mais sistematicamente, foi dentro da estrutura da teoria dos sistemas sociológicos, em vez da do marxismo.

Entretanto, o apelo de seu trabalho nunca foi seu rigor teórico, mas sim as conclusões políticas que ele legitimava. No início dos anos 1970, a lição concreta extraída do trabalho de Offe foi que a incorporação social-democrata da classe trabalhadora havia estabilizado o Estado capitalista, mas ao fazê-lo havia servido para deslocar o foco do conflito político para os "novos movimentos sociais". Como a incorporação social-democrata da classe trabalhadora estava sob crescente pressão, e a crise do Estado tornou-se mais aguda, Offe revisou seus pontos de vista, antecipando o fim da social-democracia keynesiana, o que fortaleceu ainda mais a crítica às formas tradicionais de política de classe trabalhadora, com o argumento de que elas não podiam mais alcançar nem mesmo seus modestos objetivos reformistas. Por outro lado, a crise do Estado social significou que os "novos movimentos sociais" tinham ainda menos a prever do Estado em termos de ganhos materiais ou avanços políticos. Assim, nos anos 1980, o trabalho da Offe havia se tornado o meio de legitimar uma política que não buscava enfrentar nem o poder do capital nem o poder do Estado, mas que buscava a "dissolução do Estado" através da "democratização da sociedade civil"^c.

O DEBATE DA DERIVAÇÃO DO ESTADO

A réplica marxista para Offe e Habermas não veio dos teóricos do capitalismo monopolista do Estado, mas daqueles que procuraram construir uma teoria mais adequada do Estado com base num retorno a Marx. O ponto de partida da abordagem de "derivação estatal" foi o argumento de que as teorias "funcionalistas" do Estado, seja a de Offe e Habermas ou a do Capitalismo de Monopólio de Estado, pressupõem a existência de um Estado que possa desempenhar as funções a ele atribuídas, ignorando a tarefa anterior de explicar como tal corpo surge em primeiro lugar. A constituição do "econômico" e do "político" como esferas distintas de existência social, que define a forma capitalista do Estado, não é uma característica universal das sociedades humanas, nem é o resultado inevitável da "diferenciação funcional" de sociedades complexas; é uma

^cVer os textos influentes de John Keane (1988a, 1988b).

característica específica das sociedades capitalistas, a ser explicada com base na forma social de produção capitalista. Assim, a abordagem de derivação estatal procurou “derivar” o Estado, lógica e historicamente, das categorias desenvolvidas por Marx no *Capital*^d.

Esta abordagem foi baseada em uma interpretação do *Capital* de Marx não como uma teoria do “econômico” mas como uma teoria das relações sociais da sociedade capitalista como um todo, uma abordagem que tinha sido pioneira na discussão da teoria do valor de Marx^e. A crítica de Marx à economia política no *Capital* foi baseada no argumento de que as categorias econômicas são formas fetichizadas de aparência das relações sociais. A relação imediata entre trabalho assalariado e capital não é uma relação “econômica”, mas uma relação social que combina inextricavelmente dimensões “econômicas”, “políticas” e “ideológicas”, no sentido de que é uma relação simultaneamente de exploração, de dominação e de luta ideológica. A separação ideológica e institucional destas dimensões entre si não é inerente à relação social, mas emerge apenas das lutas por sua reprodução, de modo que as dimensões econômica, política e ideológica são formas complementares de uma única relação social.

O erro das teorias burguesas do Estado, que é compartilhado pelas teorias social-democratas, e até mesmo pelos analistas mais radicais da escola de Frankfurt, é que elas “fetichizam” as formas diferenciadas das relações sociais capitalistas, separando-as umas das outras e tratando-as como se fossem relações sociais distintas e independentes, ignorando o fato de que elas só são compreensíveis em sua inter-relação como formas diferenciadas das relações sociais da produção capitalista. Assim, por exemplo, a substância de categorias econômicas como “salários”, “preço” e “lucro” é fornecida pelas relações sociais da produção capitalista, e é somente com base numa análise dessas relações sociais como um todo que as categorias “econômicas” podem ser compreendidas. A implicação

^dAs principais contribuições para o debate são pesquisadas e reproduzidas em Holloway e Picciotto, 1978.

^eO trabalho pioneiro foi o de Hans-Georg Backhaus, 1969, 1974-8. A fonte mais influente foi I. Rubin, 1972, 1978. Veja também a importante coleção Elson, ed., 1979a.

é que tais categorias "políticas" como "lei", "cidadania", "direitos" têm igualmente que ser vistas como formas fetichizadas das relações sociais de produção capitalista, a teoria do valor de Marx fornecendo o ponto de partida para uma teoria marxista do Estado tanto quanto para uma teoria marxista das formas "econômicas" de existência social.

O argumento de que as relações econômicas e políticas são as formas fetichizadas das relações sociais de produção subjacentes não implica que elas sejam uma pura ilusão. Nada poderia estar mais longe da verdade, pois são as categorias que dão forma institucional à existência social cotidiana, expressando a diferenciação das formas institucionais dentro das quais a luta de classes sobre a reprodução das relações sociais capitalistas é travada. No entanto, o ponto central é que estas formas institucionais só derivam seu conteúdo das relações sociais que elas expressam, e por isso é somente com base nestas relações sociais que elas podem ser compreendidas e seu desenvolvimento explicado.

Não é apenas o conteúdo dessas categorias fetichizadas que deve ser explicado em relação às relações sociais subjacentes da produção, mas também as próprias formas. As categorias econômica e política (salários, preços, lucro, lei, partidos políticos) não se encontram em todas as sociedades, mas somente naquelas sociedades baseadas no modo de produção capitalista. Em outras formas de sociedade, a distinção entre o econômico e o político ou não existe em absoluto, ou existe em formas muito diferentes. Assim, as formas específicas do econômico e do político não podem ser tomadas como dadas, mas devem ser *derivadas* das categorias mais fundamentais das relações sociais de produção, a fim de estabelecer *simultaneamente* sua distintividade e sua complementaridade.

A abordagem de "derivação estatal" procurou derivar as categorias da vida política, e em particular a categoria central do Estado, da análise teórica de Marx sobre as relações sociais da produção capitalista no *Capital*. Esta derivação, argumentou-se, tinha que ser lógica, para mostrar que a diferenciação do econômico e do político era uma consequência necessária da forma social de produção capitalista, e histórica, para

mostrar como esta diferenciação surgiu historicamente com base nestes imperativos lógicos. Dentro desta estrutura, diferentes abordagens diferiram em sua especificação dos imperativos lógicos que dão origem ao Estado, mas em geral todos eles adotaram uma abordagem mais ou menos funcionalista do problema.

As abordagens dominantes derivaram da necessidade de uma instituição acima da competição autodestrutiva de capitais individuais, para garantir que tal competição não comprometesse a reprodução ampliada do capital. Entretanto, esta abordagem funcionalista simples foi logo considerada insatisfatória, pois confere ao Estado uma independência, uma onisciência e uma onipotência, com base nas quais se pode formular e implementar o "interesse geral" do capital, que manifestamente não possui. O fato de que o modo de produção capitalista repousa sobre bases contraditórias, e portanto potencialmente autodestrutivas, não fornece fundamentos suficientes para argumentar que uma instituição surgirá, acima da sociedade civil, para resolver essas contradições e para refrear as tendências autodestrutivas do capitalismo. Mais fundamentalmente, esta abordagem funcionalista pressupõe a derivação que se pretende alcançar. Ao derivar a necessidade do Estado das tendências autodestrutivas do desenvolvimento econômico, ela já pressupõe a existência de uma esfera "econômica" autônoma e, portanto, a separação do "econômico" do "político" que se supõe que ela explique.

Uma abordagem mais fundamental da derivação do Estado foi fornecida por Blanke, Jürgens e Kastendiek, e por Hirsch. Blanke, Jürgens e Kastendiek derivaram a separação da economia da política do caráter dual da troca de mercadorias como envolvendo, por um lado, uma relação de troca entre as coisas sujeitas à lei do valor e, por outro lado, uma relação de propriedade entre os sujeitos da troca e suas mercadorias. Esta última relação requer um sistema legal para codificar e fazer valer os direitos de propriedade e, portanto, uma "força coerciva extra-econômica", que é a base do desenvolvimento histórico do Estado. A separação do político do econômico, dos conflitos sobre os direitos de propriedade da troca de

mercadorias, "não é um ato histórico que acontece uma vez, mas é constantemente reproduzido" (Blanke, Jürgens e Kastendiek, em Holloway e Picciotto, 1978, p. 121), no reconhecimento da obrigação mútua implícita na troca contratual, mas só é reproduzida na medida em que tal reconhecimento é sustentado.

Na relação entre produtores independentes de commodities, tal reconhecimento pode não ser problemático. No caso da relação salarial, entretanto, o reconhecimento mútuo de capitalistas e trabalhadores como cidadãos livres e iguais na relação de troca é contrariado pela coerção e desigualdade na esfera da produção que ela torna possível, de modo que a *forma* da relação de troca contradiz seu *conteúdo*. Isto implica, por um lado, que a separação do político e econômico, através da qual os termos de troca são confinados dentro dos limites dos direitos de propriedade, é a forma mais fundamental através da qual a subordinação da classe trabalhadora ao capital é reproduzida. Por outro lado, implica também que esta separação só pode ser mantida pela força.

A análise de Blanke, Jürgens e Kastendiek foi rigorosa e sofisticada, embora não tenha sido de forma alguma totalmente desenvolvida, estando confinada à derivação lógica do Estado, com pouca referência histórica. No entanto, ela foi duramente atacada por derivar a forma do Estado capitalista da forma de troca de mercadorias, e não das relações de produção capitalista. Blanke, Jürgens e Kastendiek defenderam vigorosamente seu argumento contra esta acusação, insistindo que só sob o capitalismo é que a troca de mercadorias é plenamente desenvolvida. Além disso, embora o desenvolvimento do capitalismo não faça diferença na forma de troca, é somente na troca do capital por trabalho assalariado que a forma entra em contradição com o conteúdo da relação, de modo que o Estado assume um caráter de classe inequívoco.

Blanke, Jürgens e Kastendiek também foram atacados por sua visão do Estado como uma instituição essencialmente legal, cujas intervenções típicas são mediadas pelas formas de direito e dinheiro. Esta questão, como a primeira, teve uma poderosa ressonância política, já que esta visão

"formalista" do Estado tem sido tradicionalmente associada a ilusões social-democratas, em oposição à visão alternativa do Estado como um poder soberano, que tem sido tradicionalmente associada à política tanto de esquerda como de direita. Esta última visão do Estado estava no centro da tentativa de Hirsch de fornecer bases marxistas mais rigorosas para a análise da Escola de Frankfurt, uma tentativa que serviu de inspiração inicial para o debate britânico.

A REFORMULAÇÃO DE HIRSCH DA TEORIA DO ESTADO

Contra todas as contribuições anteriores ao debate sobre a derivação do Estado, Hirsch argumentou que era necessário derivar a *forma* do Estado, como um poder autônomo, antes que tal poder pudesse ser dotado de quaisquer *funções* substantivas. Na versão original de seu argumento, ele explicou a autonomia do Estado em termos da anarquia da produção capitalista. Entretanto, na versão revisada de seu relato, ele rejeitou esta explicação como "funcionalista"^f, explicando em vez disso a autonomia do Estado em termos da suposta necessidade de separar o exercício da força das relações imediatas de exploração capitalista, uma vez que esta última pressupõe a livre compra e venda de força de trabalho como uma mercadoria^g.

Uma vez estabelecido como tal, o Estado, dotado do monopólio do exercício legítimo da força, pode assumir outras funções, embora só possa desempenhar tais funções dentro dos limites de sua forma^h. O Estado, portanto, não é identificado com o interesse geral do capital, mas tem sua própria lógica, determinada por sua forma. No entanto, a forma do Estado

^f(N.T.) No debate derivacionista, esta explicação "funcionalista" – entre aspas – não tem ligação direta com a perspectiva funcionalista durkhemiana¹, mas está relacionada à ideia de compreender o Estado com um 'objeto' dotado de *funções*, como a reprodução ampliada do capital, por exemplo – que frequentemente é entendida pelos marxistas como uma função do Estado². Esta é uma sutileza que, por vezes, confunde o leitor.

^gVer a discussão de John Holloway em Holloway, 1988.

^hJohn Holloway está errado ao ver uma contradição entre a derivação de Hirsch do Estado como uma forma de luta de classes e seu relato "estruturalista" do desenvolvimento das funções do Estado (Holloway e Picciotto, 1978, p. 28; Holloway, 1988). Para Hirsch, a "autonomização" do Estado não é um aspecto contínuo da luta de classes, mas é um evento histórico de uma vez por todas, inserido na soberania do Estado como um poder autônomo, apoiado por seu monopólio da violência.

pressupõe a separação contínua entre o econômico e o político; portanto, a reprodução do Estado depende da reprodução contínua dessa separação e, portanto, da reprodução das relações sociais capitalistas de produção nas quais essa separação se baseia. Assim, Hirsch alegou reverter a relação entre forma e função, derivando as funções do Estado de sua forma, ao invés de vice-versa. (Embora esta inversão fosse mais aparente que real, já que Hirsch, como todo mundo, derivou a forma do Estado de sua função "essencial", neste caso a de impor a subordinação da classe trabalhadora.)

A análise de Hirsch permite conceituar tanto a "autonomia" do Estado como uma forma específica de dominação, quanto os limites a essa autonomia, inerentes à necessidade de o Estado assegurar a reprodução ampliada do capital como base de sua própria reprodução. Esses limites implicam que o desenvolvimento do Estado é determinado pela dinâmica do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, em particular, pela "tendência à queda da taxa de lucro" que está subjacente às tendências de crise da acumulação do capital. Em resposta à ameaça imanente da crise, os capitalistas têm constantemente de reorganizar as relações sociais de produção e intercâmbio. Entretanto, estas tendências de crise, e as respostas dos capitalistas a elas, não aparecem apenas na esfera econômica, mas têm implicações imediatas para a reprodução contínua do Estado. Assim, o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista é um processo constante de crise e reestruturação que afeta não apenas as formas econômicas das relações sociais de produção, mas também a forma do Estado.

Hirsch viu a "tendência de queda da taxa de lucro" como a lei histórica determinante, em resposta à qual o Estado assume novas funções, e desenvolve formas apropriadas através das quais pode realizar essas funções¹. Entretanto, as formas de intervenção e as políticas específicas do

¹Apesar de seu papel central em relacionar a dinâmica da acumulação com o desenvolvimento do Estado, a referência de Hirsch à "lei da tendência à queda da taxa de lucro" foi pouco mais do que um gesto retórico. De fato, sua análise tendeu a cair novamente em uma política voluntarista ao dar ao Estado a responsabilidade primária de mobilizar as "contratendências" para a "tendência de queda da taxa de lucro",

Estados não podem ser reduzidos simplesmente às necessidades do capital para manter a taxa de lucro, porque são mediados tanto pela luta de classes como pela forma historicamente desenvolvida do Estado. Em particular, o Estado responde à crescente força política e econômica da classe trabalhadora, assumindo as funções do "*welfare-state*". Enquanto estas funções se desenvolvem em resposta à pressão da classe trabalhadora, a capacidade do Estado de desempenhar estas funções depende do crescimento constante da produção, que fornece os recursos para financiar suas despesas de bem-estar, reforçando assim a pressão sobre o Estado para intervir para sustentar a acumulação do capital. Esta é a base da contradição de Offe entre as funções de "acúmulo" e "legitimação" do Estado, e determina a forma na qual "crises econômicas" aparecem politicamente: uma crise econômica leva, por um lado, a uma intensificação da luta de classes, mas, por outro lado, limita os recursos à disposição do Estado para amenizar tal luta através de seu aparato de bem-estar, forçando-o a recorrer cada vez mais à repressão a fim de assegurar sua reprodução política.

A necessidade política de sustentar a acumulação do capital a fim de assegurar a reprodução material e política do Estado está subjacente ao crescimento da "intervenção estatal". No entanto, embora esta intervenção se destine a assegurar o interesse geral do capital em sua reprodução ampliada, ela não pode ser reduzida a este interesse. Por um lado, há interesses capitalistas conflitantes envolvidos, de modo que a estratégia adotada pelo Estado dependerá da resolução política dos conflitos entre capitais particulares e frações do capital, expressos e mediados pelo aparato estatal. Por outro lado, a capacidade do Estado de atender às necessidades do capital é limitada pelas formas institucionais através das quais ele formula e implementa políticas. Em particular, o desenvolvimento do aparato estatal com o crescimento da intervenção estatal está associado à sua crescente fragmentação, já que interesses conflitantes na

ignorando até que ponto as duas são aspectos inseparáveis, mas contraditórios do processo de acumulação de capital (c.f. Fine e Harris, 1979, Capítulo 4 e pp. 99-100).

sociedade civil estão representados dentro do aparato estatal. Assim, o aparelho de Estado não tem racionalidade geral, mas reproduz de forma política os conflitos de interesse que marcam a sociedade civil. Embora tal irracionalidade apareça como fracasso burocrático e administrativo, ela é apenas a expressão dentro do aparato estatal das contradições do modo de produção capitalista e das lutas de classe às quais elas dão origem. Esta é a base da contradição de Offe entre a necessidade de manter a separação do "econômico" e do "político", por um lado, e as pressões sobre o Estado para suspender constantemente a separação a fim de assegurar a reprodução das relações sociais capitalistas, por outro.

O trabalho inicial de Hirsch foi muito importante, principalmente para indicar uma forma de conciliar a autonomia institucional do Estado com sua necessária subordinação ao capital, explicitando as formas concretas em que a reprodução econômica, política e ideológica do Estado pressupunha a reprodução das relações sociais capitalistas de produção. Assim, o trabalho de Hirsch pareceu mostrar uma forma de integrar os inquestionáveis insights da abordagem da Escola de Frankfurt ao Estado em uma rigorosa teoria marxista. Entretanto, esta integração era esquemática e ambígua, e não era de forma alguma claro que ela poderia cumprir sua promessa de superar o "politicismo" e o "estrutural-funcionalismo" do trabalho de Offe.

Por um lado, embora Hirsch tenha avançado nominalmente além de Offe na derivação da separação institucional entre as necessidades econômicas e políticas e as necessidades funcionais do capital, expressa através da luta de classes, ele nunca explicou realmente a necessidade dessa separação, nem mostrou como ela aconteceu historicamente. Mais importante ainda, para Hirsch esta separação foi um evento histórico único, de modo que o Estado, uma vez estabelecido como um órgão soberano autônomo, estava se auto-reproduzindo. O resultado foi que a derivação de Hirsch do Estado pode ter sido de interesse antiquário, mas não teve nenhum significado substantivo para

a teoria do estado capitalista uma vez que este Estado foi estabelecido. Assim, Hirsch caiu constantemente de novo na política de Offe.

Por outro lado, embora Hirsch tenha enfatizado que o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista foi produto da luta de classes, esta luta foi confinada dentro dos limites da estrutura imposta à sociedade pelo Estado. A separação do Estado da sociedade civil implicava que o Estado só poderia resolver esta luta com base no capital, a função do Estado determinando que a classe trabalhadora seria o objeto da política estatal, nunca seu sujeito. As demandas da classe trabalhadora apresentam ao Estado uma restrição política, mas as formas institucionais do Estado social fornecem os meios para responder a essas demandas, de modo que a "luta de classes" que permeia o aparato estatal acabou sendo, no trabalho de Hirsch, principalmente a luta entre capitais particulares e "frações" do capital, uma luta que tem que ser resolvida pelo Estado com base em sua necessidade de assegurar sua própria reprodução. Em contraste, o resultado da luta entre o capital e a classe trabalhadora já era pressuposto, sendo a única questão a de *quanto* bem-estar e *quanta* repressão poderia ser necessária para assegurar a subordinação da classe trabalhadora.

A política estrutural-funcionalista que Hirsch assumiu de Offe só foi reforçada no desenvolvimento posterior de seu trabalho, que se baseou fortemente nas teorias de Poulantzas e da Escola Francesa de Regulação para desenvolver uma análise do "Estado de segurança fordista", no qual a estrutura tende a absorver a luta de classes, e o Estado desloca progressivamente o capital no centro da análise. Discuto este trabalho posterior em mais detalhes abaixo^{jk}.

^jVer também os debates em *Capital and Class*, reimpresso em Bonefeld e Holloway, em breve.

^k(N.T.) As referências de Bonefeld e Holloway que Clarke se refere como "em breve" são: Bonefeld, W. (1987). Reformulation of State Theory. *Capital and Class*, 33, pp. 96-128.

<https://doi.org/10.1177/030981688703300107>; e Holloway, J. (1988). The Great Bear, Post-Fordism and Class Struggle. *Capital and Class*, 36, pp. 93-104. <https://doi.org/10.1177/030981688803600105>

TEORIA DO ESTADO DE POULANTZAS

A teoria do Estado de Poulantzas, como a de Offe na Alemanha, tomou como ponto de partida a insistência na *especificidade* e na *autonomia* do Estado. Seguindo o modelo estruturalista de sociedade de Althusser, composto de três níveis, o econômico, o político e o ideológico, Poulantzas procurou fornecer a teoria até então ausente do nível político, para complementar *O Capital* de Marx, que Poulantzas considerava como fornecendo apenas a teoria do nível econômico. Como Offe e alguns teóricos da derivação estatal, Poulantzas definiu a função do Estado não em termos dos interesses da classe capitalista, mas em termos da necessidade de uma instituição para assegurar a coesão da sociedade como um todo. De fato, as relações competitivas entre capitalistas individuais tornam impossível para a classe capitalista alcançar a unidade necessária até mesmo para representar, e muito menos para realizar, seus interesses coletivos. Assim, como para Offe, o Estado é um Estado capitalista no sentido de que assegura a reprodução de uma sociedade capitalista, representando os interesses da classe capitalista como um todo contra os interesses não apenas da classe trabalhadora, mas também dos capitalistas individuais. Embora isto dê ao Estado a aparência de neutralidade, seu caráter de classe está necessariamente implícito em seu papel funcional na reprodução da estrutura como um todo.

Poulantzas diferiu de Offe na ênfase que ele deu à "luta de classes". Entretanto, como em sua teoria estrutural, Poulantzas enfatizou a "especificidade" e a "relativa autonomia" do político, de modo que a definição de um interesse econômico comum não é nem necessária nem suficiente para definir os partidos envolvidos em lutas políticas, ou suas lealdades políticas, ou as alianças nas quais eles entram. Assim, sua teoria de classe enfatizava o papel da ideologia e do Estado na constituição de classes como forças políticas e, portanto, na definição das formas de luta de classes.

A luta de classes, para Poulantzas, é o meio pelo qual a estrutura é reproduzida ou transformada. A estrutura define uma "conjuntura"

particular, que é essencialmente um campo de resultados objetivamente possíveis da luta de classes. Qual destas possibilidades é realizada depende do resultado de lutas concretas. Entretanto, tal resultado não é simplesmente determinado pela força relativa das forças em jogo, uma vez que o Estado tem interesse em assegurar o domínio da classe capitalista como meio de assegurar sua própria reprodução. Assim, para cumprir sua função, o Estado toma em mãos a organização política das classes dominantes e a correspondente fragmentação ideológica e política da classe trabalhadora.

Em seu trabalho posterior, Poulantzas tentou integrar mais estreitamente sua teoria estruturalista com sua teoria da luta de classes, relaxando o rígido determinismo estrutural de sua teoria inicial, na qual a luta política de classes estava confinada dentro da estrutura que estava condenada a reproduzir, e procurou fornecer análises muito mais concretas das formas e crises contemporâneas do Estado capitalista. Entretanto, esta flexibilização de seu determinismo inicial não mudou a teoria subjacente, mas apenas aumentou as possibilidades de contingência na "conjuntura", atribuindo maior peso à ideologia na determinação da constituição das forças de classe e do resultado da luta de classes, e, seguindo Offe, permitindo um papel maior à dinâmica autônoma do aparato estatal na determinação de seu desenvolvimento.

O DEBATE MILIBAND-POULANTZAS

O maior apelo da teoria de Poulantzas não estava na França, onde a teoria do Capitalismo Monopolista Estatal permaneceu dominante, mas na Grã-Bretanha, onde sua causa foi entusiasticamente retomada pela "*New Left Review*", revista que imprimia os textos da vanguarda marxista.

O contexto do debate estatal na Grã-Bretanha no final dos anos 60 foi o fracasso do governo trabalhista não apenas em avançar rumo ao socialismo, mas até mesmo em colocar em prática seu prometido programa de reforma tecnocrática, que deveria proporcionar uma força de trabalho saudável e bem educada e modernizar a indústria para enfrentar

o crescente desafio da concorrência internacional. A resposta inicial da esquerda a este fracasso foi de adequá-la às características particulares da sociedade britânica. Por um lado, o poder entranhado do Establishment e o poder financeiro do capital era uma barreira para a modernização da indústria e da administração pública britânica. Por outro lado, o fracasso de uma liderança social-democrata de direita em tomar as medidas necessárias para enfrentar tais concentrações antidemocráticas de poder foi explicado em termos das fraquezas teóricas e políticas do trabalho britânico. Esta análise foi desenvolvida com maior influência por Perry Anderson e Tom Nairn em uma série de artigos na "*New Left Review*", onde eles argumentaram que a Grã-Bretanha nunca havia tido uma revolução burguesa, deixando a burguesia como parceira júnior em um "bloco de poder" dominado pela aristocracia rural. O fracasso da burguesia significou que a classe trabalhadora nunca havia enfrentado politicamente o capital e, portanto, não havia desenvolvido nem uma cultura política marxista nem um partido revolucionário. A estrutura teórica para esta análise foi fornecida por uma teoria "neo-Gramsciana" da política segundo a qual a transição de uma "classe em si" para uma "classe por si" depende do desenvolvimento de uma "ideologia hegemônica" (Anderson, 1964; Nairn, 1964a, 1964b).

Uma análise substancial do Estado capitalista foi fornecida por Miliband, que não foi vítima da ilusão de que a classe dominante não era capitalista. Miliband enraizou o domínio político do capital não em sua "ideologia hegemônica", mas em sua monopolização do poder político e econômico, o que lhe deu controle direto e indireto sobre o aparato estatal, bem como sobre a economia e sobre os meios de legitimar seu governo. Em seu "*O Estado na Sociedade Capitalista*" (1969), Miliband documentou com considerável detalhe os meios pelos quais o capital alcançou e reproduziu seu domínio sobre o Estado, o que anulou os poderes muito limitados que poderiam ser exercidos até mesmo pelo governo social-democrata mais radical. A implicação da análise de Miliband foi que o socialismo não poderia ser alcançado por meios puramente eleitorais, mas somente por um movimento político de massa que pudesse mobilizar e

articular aspirações populares para conduzir a luta democrática em todas as frentes.

O relato de Miliband era certamente menos idiossincrático e muito melhor documentado do que o de Anderson e Nairn. No entanto, sofria de duas fraquezas, que compartilhava com a teoria do Capitalismo Monopolista de Estado. Por um lado, ele repousava sobre uma identificação efetiva do capital e do Estado, que era incapaz de conceituar os *limites* do exercício do poder estatal em nome do capital, exceto na medida em que tal exercício encontrou resistência popular. Isso colocou o relato de Miliband aberto à carga de oferecer uma teoria "instrumentalista" do Estado, que acabou reduzindo o Estado a um instrumento da classe capitalista, e uma teoria "voluntária", que viu os únicos limites ao poder estatal na organização, vontade e determinação das classes contendoras. A ausência de qualquer teoria da relação *estrutural* entre a sociedade civil e o Estado significou que, para Miliband como para "New Left Review", o caráter de classe do Estado não era inerente à sua forma, mas era o resultado contingente da luta de classes.

A crítica a esta teoria "instrumentalista" do Estado e "voluntarista" da luta de classes foi primeiramente articulada por Poulantzas. Em um artigo na "New Left Review", ele trouxe seu martelo de forja althusseriano para suportar o "historicismo" e o "subjetivismo" de Anderson e Nairn, argumentando que a "autonomia" dos diferentes "níveis estruturais" de uma formação social – e a complexidade de suas interconexões estruturais – significa que o caráter de classe do Estado não pode ser identificado com a classe que parece deter o poder político, nem o caráter de classe da ideologia dominante pode ser definido pela classe cujo "estilo de vida" aparentemente expressa (Poulantzas, 1967). Pelo contrário, o domínio de uma determinada classe ou ideologia é determinado objetivamente pela estrutura da formação social. Assim, o Estado britânico é capitalista em sua forma, apesar de sua aparência aristocrática, e a ideologia dominante é capitalista na medida em que serve para reproduzir uma formação social dominada pelo capital. Além disso, as peculiaridades das relações políticas

e ideológicas entre as diversas "frações" da classe dominante não devem ser explicadas em termos da capacidade independente de uma fração impor sua hegemonia sobre outras, mas em termos da organização da hegemonia ideológica e política da classe dominante pelo Estado, de acordo com sua função de manter o domínio da classe como um todo.

A crítica de Poulantzas teve um impacto imediato, mas deu poucas pistas sobre a substância de suas próprias ideias. Assim, foi somente em seu debate com Miliband que seu próprio trabalho se tornou influente fora da vanguarda. Como em sua crítica ao "*New Left Review*", Poulantzas enfatizou a relativa autonomia do Estado, tanto em relação à economia quanto aos atores sociais. Miliband, como Anderson e Nairn, evitou o reducionismo econômico do marxismo ortodoxo, apenas para substituí-lo por um reducionismo de classe, segundo o qual a classe dominante carimbou seu caráter no Estado. Isto significou que todos eles permaneceram dentro do quadro teórico da sociologia burguesa, marcada por uma visão da sociedade baseada na interação de grupos sociais. A única maneira de evitar o pluralismo burguês era enfatizar a prioridade última do interesse econômico na definição de tais grupos, reintroduzindo assim um reducionismo economicista através da subjetividade dos atores sociais cujos interesses prevaleciam na luta de classes.

Poulantzas argumentou que esta abordagem reduziu a luta de classes à consciência de classe, negligenciando as características estruturais objetivas do capitalismo que definem a forma e o desenvolvimento da luta de classes. Entretanto, Poulantzas não defendeu um retorno ao velho modelo de estrutura de base, mas a adoção do modelo Althusseriano, segundo o qual as práticas de classe são limitadas e confinadas dentro de uma estrutura objetiva composta de níveis autônomos que estão funcionalmente relacionados uns com os outros dentro de um todo complexo. A função de cada nível é definida não, como no marxismo ortodoxo, em relação ao nível econômico, mas em relação à estrutura como um todo. Assim, nenhum nível pode ser reduzido a qualquer

outro, seja estruturalmente ou através da ação de qualquer "sujeito de classe".

A implicação para a teoria do Estado é que o "político" tem que ser analisado em relação à função do Estado dentro da estrutura. Esta função não é simplesmente servir às necessidades da economia, é servir como "*o fator de coesão de uma formação social e o fator de reprodução das condições de produção*" (Poulantzas, 1969, citado de Blackburn, 1972, p. 246. Ênfase de Poulantzas). As funções "econômicas" do Estado são apenas uma pequena parte de seu papel, à qual Poulantzas prestou pouca atenção. Muito mais significativas foram suas funções "políticas" e "ideológicas", que eram assegurar a reprodução política e ideológica da sociedade, organizando a "hegemonia" da classe dominante e a fragmentação da classe trabalhadora.

O trabalho de Poulantzas teve um impacto imediato não tanto porque ele deu quaisquer respostas claras, mas porque ele estava levantando a questão das relações entre o econômico e o político, entre estrutura e luta, que até então não havia sido abordada na Grã-Bretanha. Entretanto, por toda sua referência à "determinação em última instância pelo econômico", Poulantzas estava interessado principalmente nas dimensões ideológicas e políticas da luta de classes. Além disso, a flexibilização de seu determinismo estrutural em seu trabalho posterior deu um jogo ainda maior aos fatores ideológicos e políticos na determinação do desenvolvimento da luta de classes na "conjuntura", empurrando o "econômico" ainda mais para segundo plano, dando bastante espaço para o "voluntarismo" e o oportunismo político que sua teoria supostamente havia dissipado.

Esta tendência foi levada até sua conclusão final nos anos 1980 por muitos dos antigos seguidores de Poulantzas. O "pós-estruturalismo" abandonou a "determinação em última instância pelo econômico" em favor do papel determinante da ideologia, ou "discurso", na constituição das forças políticas e no desenvolvimento da política estatal. Isto permitiu aos "novos realistas" celebrar a política oportunista da "conjuntura" com base no argumento relativista (e

supremamente irracional) de que o único fundamento, e os únicos limites, da objetividade eram definidos não por um “todo complexo estruturado em dominância, determinado em última instância pelo econômico”, mas pela estrutura objetiva do “discurso”, que por si só constitui a subjetividade dos atores individuais e define o terreno sobre o qual eles podem ser constituídos como forças sociais e políticas. A luta de classes é então apenas uma forma particular de luta dentro e entre discursos, uma luta que, além disso, está sendo deslocada por novas “práticas discursivas”, centradas no consumo, ao invés da produção, no individualismo, ao invés do coletivismo, no pluralismo, ao invés do corporativismo, e no antiestatismo democrático, ao invés do anti-capitalismo socialista.

Embora estas tendências estivessem implícitas no trabalho de Poulantzas desde o início, isto não forneceu aos marxistas motivos suficientes para rejeitar a contribuição de Poulantzas. Poulantzas parecia estar abordando as questões importantes, ao enfatizar as funções políticas e ideológicas do Estado, e as dimensões políticas e ideológicas da luta de classes, e seu trabalho parecia fornecer uma estrutura dentro da qual as questões fundamentais da “autonomia relativa” do Estado e da relação entre “economia” e “política” e entre “estrutura” e “luta” poderiam ser levantadas. Para muitos marxistas, o caminho a seguir parecia residir não na rejeição da abordagem de Poulantzas, seja por seu determinismo estrutural ou por seu voluntarismo político, mas na obtenção de uma integração mais adequada dos dois, desenvolvendo um relato mais adequado da “determinação, em última instância, por parte do econômico”. Estes foram os termos em que a teoria do Estado de Poulantzas passou a desempenhar um papel importante nos primeiros debates na CSE sobre a teoria do Estado. Foi somente quando estes debates chegaram a um impasse que a adequação da formulação do problema por Poulantzas foi seriamente posta em questão.

O DEBATE DO ESTADO NO CSE**A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E DO ESTADO NAÇÃO**

O problema do Estado foi levantado logo na primeira conferência da Conferência dos Economistas Socialistas em janeiro de 1970, na qual Robin Murray apresentou um documento controverso sobre a internacionalização do capital e do Estado-nação (Murray, 1971), no qual ele argumentou que a internacionalização do capital havia minado a capacidade do Estado de servir aos interesses do capital "nacional". O argumento de Murray foi vigorosamente contestado por Bill Warren, que argumentou que a aparente "não-coincidência" da territorialidade das empresas capitalistas e do Estado-nação era meramente um aspecto da "relativa autonomia do Estado sem a qual ele de fato não poderia desempenhar efetivamente suas funções de classe" em nome do capital como um todo (Warren, 1971, p. 88n). Este debate se desenvolveu ainda mais na segunda conferência da CSE em outubro de 1970, sobre o tema "o papel econômico do Estado no capitalismo moderno", onde Warren apresentou sua própria visão, segundo a qual a "autonomia" do Estado de forma alguma implica sua independência do capital. Warren defendeu, ao invés disso, uma visão monolítica do Estado, na qual o caráter de classe do Estado está embutido em sua estrutura, que é uma expressão de sua função para o capital. Este argumento levou Warren a concluir que "a expansão das funções do Estado tem envolvido uma *integração* cada vez mais *estreita* das estruturas estatais com os sistemas econômicos, políticos, sociais e culturais da sociedade imperialista", levando a um crescente autoritarismo estatal por trás da fachada democrática (Warren, 1972, p. 29). Esta perspectiva foi desafiada por Michael Barratt Brown, entre outros, que insistiu que havia espaço para que elementos do Estado fossem compreendidos pela luta popular, e que pelo menos algumas políticas estatais fossem direcionadas para fins progressistas. Neste sentido, a relação entre o capital e o Estado não era monolítica, mas contraditória, refletindo não as necessidades funcionais do capital, mas o equilíbrio das forças de classe.

Warren e Barratt Brown representaram as abordagens convencionais da questão da relação entre capital e Estado, reproduzindo os temas centrais do debate entre Poulantzas e Miliband. Warren ofereceu o que era essencialmente uma visão "estrutural-funcionalista" do Estado, segundo a qual o Estado servia inerente e inevitavelmente às necessidades do capital, enquanto Barratt Brown ofereceu uma visão "instrumentalista" do Estado, segundo a qual o Estado era um objeto de luta de classes, suas políticas e práticas expressando o equilíbrio das forças de classe que definem seu caráter de classe.

Uma abordagem muito diferente foi indicada em um documento de Hugo Radice e Sol Picciotto, apresentado na terceira conferência da CSE sobre "Grã-Bretanha e CEE", que dizia respeito à relação *contraditória* entre capital e Estado, e que foi importante para levantar a questão da relação entre a luta de classes sobre a reestruturação do capital e a *forma* apropriada do Estado para o socialismo. A perspectiva revolucionária que isto indica em linhas gerais deve dar menos importância à apreensão das estruturas estatais existentes e enfatizar a construção de formas alternativas baseadas na atividade revolucionária da classe trabalhadora. Tal atividade assumirá um caráter cada vez mais variegado e difuso "internamente", e também transcenderá cada vez mais as fronteiras nacionais" (Radice e Picciotto, 1971, pp. 52-3). A análise sugerida nesta conclusão implicava a rejeição do contraste entre "estrutura" e "luta", com o argumento de que a "estrutura", e em particular a forma institucional do Estado, não podia ser tomada como dada, mas era ela mesma um objeto da luta de classes. No entanto, as implicações desta abordagem não foram imediatamente tiradas, pois o foco do debate mudou do problema da internacionalização do capital e do Estado-nação para o do papel dos gastos do Estado na crise.

A CRISE DOS GASTOS DO ESTADO E OS LIMITES DA SOCIAL-DEMOCRACIA

A partir do final dos anos 60, ficou cada vez mais claro que o aumento das despesas do Estado, longe de resolver as tendências de crise da

acumulação do capital, era um componente central da crise econômica e política que estava se desdobrando. A crescente crise dos gastos estatais imediatamente lançou dúvidas sobre todo tipo de teoria funcionalista do Estado, seja ela "instrumentalista" ou "estruturalista", keynesiana ou marxista.

Grande parte do crescimento das despesas do Estado em meados dos anos 1960 tinha sido em gastos "sociais" com saúde, educação e bem-estar. Para a esquerda social-democrata, o crescimento dos gastos sociais foi uma conquista direta das lutas políticas da classe trabalhadora. Como os gastos sociais estavam sob crescente pressão política no final dos anos 60, a resposta inicial da esquerda foi ver a "crise" como um pretexto para uma tentativa capitalista de reverter os ganhos da classe trabalhadora. Entretanto, a crescente gravidade da crise econômica deixou claro que esta última não era meramente uma "rampa de banqueiros", mas expressava contradições mais fundamentais da acumulação capitalista. Além disso, a crise também levou a um repensar do histórico social-democrata. Embora os gastos sociais pudessem ter aumentado em resposta às exigências da classe trabalhadora, pelo menos parte desses gastos também serviu aos interesses do capital em ter uma força de trabalho saudável, educada e móvel. Além disso, longe de ser uma concessão tirada do capital, o custo dos gastos sociais caiu principalmente sobre a classe trabalhadora. Assim, a ênfase se afastou de uma visão da política estatal, determinada pela luta de classes, para uma visão funcionalista do Estado, segundo a qual o papel do Estado era determinado principalmente pelas necessidades funcionais da acumulação do capital. Entretanto, esta abordagem funcionalista reconheceu que estas necessidades não eram apenas econômicas, mas também incluíam a necessidade "política" de prover gastos sociais para manter a estabilidade social. Assim, o nível de gastos do Estado ainda refletia, pelo menos indiretamente, a extensão da pressão da classe trabalhadora.

Embora houvesse acordo geral sobre a funcionalidade do Estado para o capital, havia um desacordo fundamental sobre os limites desta

funcionalidade. Este desacordo colocou os “neo-Ricardianos” contra os “fundamentalistas”. Para os neo-Ricardianos, os limites à funcionalidade do Estado foram determinados politicamente, como resultado da luta de classes. Para os fundamentalistas, por outro lado, estes limites eram inerentes ao caráter contraditório das despesas do Estado como simultaneamente *necessárias* e *improdutivas*. As diferenças entre os dois estavam intimamente relacionadas com suas diferentes análises da crise, por trás das quais havia avaliações fundamentalmente diferentes sobre o significado da teoria de valor de Marx.

A análise neo-Ricardiana da crise de rentabilidade viu esta última como derivada diretamente da força negociadora que a classe trabalhadora havia adquirido como resultado de um longo período de pleno emprego. A crise foi, portanto, uma crise “distributiva”, já que o aumento dos salários foi anterior ao crescimento da produtividade. A luta pelos gastos do Estado foi estritamente paralela à luta pelos salários, uma vez que a classe trabalhadora assegurou uma provisão de bem-estar cada vez mais generosa e conseguiu repassar o custo do aumento dos gastos públicos para o capital à medida que aumentava a demanda salarial diante do aumento da tributação.

Os fundamentalistas insistiram que os salários eram determinados não pela “luta de classes”, mas pelas leis objetivas do modo de produção capitalista. A fonte da crise, portanto, não estava na distribuição, mas na produção, e especificamente na “tendência à queda da taxa de lucro”. A resolução da crise dependia da restauração da lucratividade, que só poderia ser alcançada através de uma intensificação da mão-de-obra e uma reestruturação da produção. Os gastos crescentes do Estado, embora necessários para sustentar a acumulação do capital e manter a paz social, só servem para exacerbar a crise, já que se trata de uma drenagem improdutiva da mais-valia.

A TEORIA NEO-RICARDIANA DO ESTADO

Os neo-Ricardianos rejeitaram a teoria de valor de Marx, e a teoria do trabalho improdutivo derivada dela, e assim rejeitaram a análise fundamentalista da crise. A incidência da tributação – e a funcionalidade do gasto público do capital – é determinada não pela teoria do trabalho

improdutivo, mas pela luta de classes. Isto implica, por sua vez, que o Estado desempenha um papel ativo, direta ou indiretamente, na determinação da relação distributiva entre trabalho e capital, de modo que temos que rejeitar "a visão do Estado capitalista como um instrumento passivo nas mãos da burguesia [...] em favor de um papel mais ativo e autônomo do Estado" (Purdy, 1973, p. 31).

A teoria neo-Ricardiana das despesas do Estado foi desenvolvida por Ian Gough, inspirando-se particularmente na aplicação influente de O'Connor da distinção de Offe entre as funções de "acumulação" e "legitimação" das despesas do Estado à "crise fiscal do Estado" (O'Connor, 1973).

Segundo O'Connor, o crescimento das despesas do Estado é tanto causa quanto efeito da crescente monopolização à medida que o Estado assume cada vez mais os custos do "investimento social" e do "consumo social" em nome dos monopólios, reforçando a socialização e monopolização da produção. Entretanto, isto só intensifica as tendências estagnadas que O'Connor, seguindo Baran e Sweezy, acreditava estar implícito no capitalismo monopolista, gerando a necessidade de um maior crescimento das despesas estatais para cobrir as "despesas sociais de produção" necessárias para manter o pleno emprego e apoiar os crescentes estratos empobrecidos como base material da legitimação do Estado. A "crise fiscal" do Estado surge porque suas receitas não aumentam paralelamente ao custo de suas despesas crescentes, já que o capital resiste à tributação dos lucros privados para fazer frente a esse custo, um desequilíbrio que é ainda mais exagerado pelas exigências do orçamento de interesses especiais.

Gough se baseou na classificação de despesas estatais de O'Connor em "investimento social", que aumenta diretamente a produtividade e, portanto, a rentabilidade capitalista, o "consumo social", que subsidia efetivamente os custos salariais, e as "despesas sociais", que são predominantemente despesas militares e sociais. Para Gough e O'Connor as duas primeiras categorias de despesas do Estado são ambas produtivas

– a primeira porque aumenta diretamente a lucratividade, a segunda porque é efetivamente uma parte do salário, como o "salário social", deixando apenas a última categoria a constituir um dreno improdutivo sobre o valor excedente. Entretanto, Gough substituiu o relato "subconsumista" de O'Connor sobre a crise pela teoria neo-Ricardiana desenvolvida por Purdy, argumentando que o funcionalismo de O'Connor o levou a dar "pouco peso ao papel da luta de classes na determinação do tamanho e alocação dos gastos do Estado ou à relativa autonomia do Estado para responder e iniciar políticas para lidar com essas pressões" (Gough, 1975a, p. B.R. 5). Por outro lado, Gough criticou igualmente aqueles, como Barratt Brown, que explicaram o caráter do Estado exclusivamente em termos da luta de classes.

Em sua própria explicação sobre o crescimento das despesas do Estado, Gough propôs uma "síntese" das contas funcionalistas e de luta de classes do Estado, com base no trabalho de Poulantzas e, em menor medida, de Miliband. Para Gough, tanto Poulantzas quanto Miliband mostram que "o Estado capitalista é uma entidade relativamente autônoma, representando os interesses políticos das classes dominantes e situada dentro do campo da luta de classes". Foi esta relativa autonomia do Estado que permitiu à classe trabalhadora explorar as divisões dentro da classe capitalista para alcançar toda uma série de reformas econômicas e sociais, sem com isso desafiar "o poder político do capital e o aparato repressivo do Estado no qual ele se baseia" (Gough, 1975b, pp. 58, 64. A versão final do relato de Gough apareceu em forma de livro como Gough, 1979).

Sem entrar nos detalhes de sua conta aqui, Gough propôs uma distinção relativamente nítida entre a explicação funcional dos gastos do Estado e sua determinação pela luta de classes. Esta distinção foi baseada teoricamente na separação neo-Ricardiana entre a produção e a distribuição. A "autonomia" do Estado é severamente limitada pelas exigências funcionais da produção, mas é determinada, em relação à distribuição, pela luta de classes. Assim, o gasto produtivo pode ser

explicado funcionalmente, em termos do desenvolvimento econômico do capitalismo, enquanto a luta de classes está relacionada ao tamanho e à estrutura do "gasto social" e à incidência da tributação.

Gough adotou a teoria do Estado de Poulantzas porque parecia oferecer uma estrutura dentro do qual sintetizar um relato das possibilidades de reformismo, enfatizado por análises de "luta de classes" do Estado, com um relato dos limites do reformismo, enfatizado por análises estrutural-funcionalistas, e assim fornecer uma base sobre a qual avaliar estratégias alternativas na crise. Entretanto, a separação radical feita por Gough entre as restrições "econômicas" à atividade do Estado, expressas em sua "determinação em última instância" pelas exigências funcionais da produção, e sua autonomia "política", expressa no papel da luta de classes na determinação das relações distributivas, foi contrariada por sua teoria da crise, que reconheceu que a sobrevivência do capitalismo dependia de confinar as aspirações da classe trabalhadora dentro dos limites da rentabilidade. Assim, Gough acreditava que a profundidade da crise era tal que não deixava espaço para concessões políticas a setores da classe trabalhadora e, portanto, não deixava possibilidades de reformismo.

FUNDAMENTALISMO E A TEORIA DO ESTADO

A abordagem neo-Ricardiana de Ian Gough em relação ao Estado teve uma resposta imediata dos fundamentalistas. David Yaffe e Paul Bullock atacaram a análise de Gough sobre os gastos do Estado no curso da re-avaliação de sua análise fundamentalista da crise, atacando a concepção "social-democrata" do Estado como um poder "aparentemente acima da sociedade" e reiterando sua visão de que "a intervenção do Estado burguês surge diretamente das necessidades do capital", enquanto implicitamente compromete a simplicidade desta visão ao reconhecer que "estes desenvolvimentos são uma necessidade *política* para a classe dominante" (Bullock e Yaffe, 1975, p. 33, minha ênfase).

Ben Fine e Laurence Harris ofereceram uma crítica mais rigorosa e sofisticada da análise de Gough sobre as despesas do Estado. Fine e Harris insistiram que o padrão de acumulação em crise "é uma parte necessária da operação do capital e a intervenção econômica do Estado capitalista é fundamentalmente determinada pelas exigências econômicas do capital" (Fine e Harris, 1976a, p. 99), criticando Gough principalmente por sua separação neo-Ricardiana da distribuição da produção, que foi a base sobre a qual ele estabeleceu a "autonomia relativa" do Estado. A abordagem neo-Ricardiana de Gough negligencia totalmente o papel do Estado em relação à acumulação do capital, e particularmente em relação à reestruturação e internacionalização do capital em face da crise. Além disso, ela exagera a capacidade do Estado de resolver a crise do capital. O Estado só pode intervir para modificar as condições nas quais o capital é obrigado a responder à crise. Isto explica porque o Estado pode intervir de forma a intensificar a crise, a fim de forçar o capital a empreender a reestruturação necessária.

Fine e Harris explicaram a subordinação do Estado ao capital em termos de sua subordinação à lei do valor: "a atividade do Estado é determinada por e dependente da produção de mais-valia", de modo que a intervenção econômica do Estado "não pode ser considerada como uma intervenção do político na economia, pois é condicionada principalmente pelas leis do movimento da economia". Entretanto, a lei do valor define apenas os limites (econômicos) dentro dos quais o Estado pode exercer um alto grau de autonomia (política). Assim, Fine e Harris aplaudiram Gough por avançar além do economismo de Yaffe, "trazendo aos debates dos economistas as conclusões dos teóricos políticos marxistas: a relativa autonomia do Estado capitalista em sua relação com os interesses das classes dominantes, e sua situação como o objetivo da luta de classes políticas". Assim, argumentaram, "o Estado, ao preservar as relações sociais capitalistas, tem papéis políticos e ideológicos, bem como econômicos". Portanto, sua intervenção econômica é condicionada pelo equilíbrio político e ideológico de forças [...] ao contrário da produção e circulação de

mercadorias sob o controle direto do capital, a atividade econômica do Estado não é controlada principalmente através de relações de troca, mas através do equilíbrio da luta de classes política (e econômica e ideológica)" (Fine e Harris, 1976a, pp. 103, 109-110, 107, 99, 103).

Fine e Harris fizeram uma poderosa crítica à teoria neo-Ricardiana de Gough sobre o Estado. No entanto, eles não diferiram fundamentalmente de Gough em sua conceituação da relação entre o econômico e o político, ou da relação entre a estrutura e a luta de classes na determinação da política estatal. Eles criticaram a adoção por Gough da concepção "superpolitizada" de Poulantzas do Estado, mas somente com o argumento de que o neo-Ricardianismo de Gough permitia demasiada autonomia ao Estado. Assim, eles poderiam concordar com Poulantzas de que o Estado é "determinado em última instância pelo econômico", mas "condicionado pelo equilíbrio político e ideológico de forças", enquanto o criticam por dar atenção insuficiente às restrições da economia, mas não oferecem nenhuma conceituação alternativa da relação entre o "econômico" e o "político".

Em seu último livro Fine e Harris desenvolveram sua própria análise, sem esclarecer sua ambiguidade fundamental (Fine e Harris, 1979). Nesta análise eles adotaram a teoria pluralista de Poulantzas da luta de classes, baseada na autonomia relativa da economia, da política e da ideologia, mas a combinaram com uma teoria economicista das restrições estruturais dentro das quais a luta de classes ocorre, na forma da teoria do Capitalismo de Monopólio de Estado, baseada na fusão do capital e do Estado. Assim, a luta de classes é marcada pela separação entre o econômico, o político e o ideológico, enquanto a estrutura é marcada por sua fusão. A preservação do domínio burguês depende então da manutenção da separação dos níveis de luta de classes, em face das tendências estruturais para sua fusão. Assim, a intervenção estatal desenvolveu-se em resposta às contradições fundamentais de acumulação expressas na "tendência da taxa de lucro a cair", mas tornou-se o "mecanismo predominante" de controle da produção e a "cristalização das relações ideológicas,

econômicas e (principalmente) políticas". Esta fusão do Estado com o capital reage à luta de classes, ameaçando minar "a divisão entre lutas econômicas, políticas e ideológicas nas quais se baseia a hegemonia burguesa em estágios anteriores", em resposta à qual a luta é "limitada a limites compatíveis com a reprodução social capitalista [...] divorciando o locus da luta economista do ponto de produção [...] e dando-lhe expressão nas instituições do Estado"^l.

Parece que voltamos diretamente à teoria neo-Ricardiana do Estado, segundo a qual a "economia" define restrições materiais externas dentro das quais a atividade do Estado é determinada politicamente, sendo a única crítica a Gough e Poulantzas que subestimam a extensão dessas restrições econômicas. O caráter de classe do Estado é preservado apenas pela capacidade da burguesia de desviar a luta econômica da classe trabalhadora para canais políticos reformistas. A implicação política é que o caráter de classe do Estado pode ser transformado por uma "estratégia de intensificação da luta econômica e, a partir dessa luta, uma intensificação da luta política"^m.

Embora Fine e Harris tenham rejeitado a economia neo-Ricardiana de Gough e Purdy e, portanto, tivessem uma avaliação diferente das restrições econômicas sobre a atividade do Estado, eles não contestaram a concepção deste último da autonomia do Estado, segundo a qual seu caráter de classe é determinado por sua relação *externa* com o capital. Isto porque eles, como Gough e Purdy, viam o Estado como uma *instituição autônoma*, e não como uma forma particular de *relação social*. Assim, todos eles seguiram a fetichização de Poulantzas da autonomia institucional do Estado, não conseguindo penetrar sob a independência superficial do

^lFine e Harris, 1979, pp. 121, 125-6. Este argumento faz um contraste interessante com o argumento Offe/Hirsch de que a politização dos conflitos econômicos é a fonte primária da desintegração e da crise do Estado.

^mFine e Harris, 1979, p. 127. Em uma versão anterior do argumento, Laurence Harris negou veementemente a acusação de Poulantzas de que a teoria do capitalismo monopolista estatal segue o reformismo social-democrata ao ver o Estado como uma "ferramenta neutra que pode ser capturada e usada tanto pelo proletariado quanto, como agora, pelo capital monopolista" (Harris, 1976), mas não apresentou argumentos contra a acusação.

Estado para levantar a questão da forma do Estado como uma *forma* de dominação de classe capitalista.

A teoria do Estado aparentemente havia chegado a um impasse no debate entre os neo-Ricardianos e os fundamentalistas, nenhum dos quais conseguindo conciliar a "autonomia" do Estado com seu caráter de classe capitalista, pois nenhum deles tinha qualquer forma de conceituar a relação entre o econômico e o político como formas de relações sociais capitalistas. O resultado foi que ambos os lados oscilaram entre um economismo, que reduzia o Estado a suas funções "econômicas" para o capital, e um "político" que via o Estado como a "cristalização das relações ideológicas, econômicas e (principalmente) políticas". Isto não foi simplesmente um erro teórico, pois refletia as limitações da perspectiva política comum que unia os opositores aparentemente implacáveis no debate, uma perspectiva que via o Estado como o instrumento da transição para o socialismo, e assim reduzia a política socialista a uma luta revolucionária ou reformista pelo poder estatal.

As diferenças teóricas entre neo-Ricardianos e fundamentalistas não implicavam necessariamente diferenças políticas profundas. Assim, em 1973-4, quando o governo Heath foi derrubado pela greve dos mineiros, os socialistas em ambos os campos teóricos proclamaram um maximalismo ultra-esquerdista como se a revolução estivesse próxima, enquanto dois anos depois o relativo declínio no conflito sindical significava que a maioria procurava conciliar suas ambições socialistas com um reformismo politicamente "realista", seja qual for o lado da divisão teórica que eles colocavam a si mesmos. A estratégia neo-Ricardiana, que buscava dar um conteúdo socialista ao "contrato social", foi desenvolvida com mais força por Dave Purdy e Mike Prior em "*Out of the Ghetto*" (1977, criticado por Diane Elson, 1979b), uma resposta à publicação de um novo rascunho do programa do Partido Comunista, que desempenhou um papel importante no início do debate que acabou transformando o Partido Comunista em todo o reconhecimento. A estratégia fundamentalista, que buscava dar um conteúdo socialista à "Estratégia Econômica Alternativa", foi desenvolvida

por Fine e Harris, e pelo CSE *London Group* (1979, 1980). Apesar de suas diferenças, ambas as abordagens se baseavam em uma concepção economicista estreita da crise e da luta de classes e uma visão monolítica da classe, ignorando as formas diferenciadas de luta de classes que estavam se desenvolvendo na crise e, sobretudo, ignorando a questão da relação contraditória entre a classe trabalhadora e o Estado. Esta perspectiva estava cada vez mais distante das lutas populares que se desenvolviam ao longo dos anos 1970, que enfrentavam o Estado cada vez mais diretamente não como o instrumento prospectivo de sua libertação, mas como a principal barreira para a realização de suas aspirações.

Ironicamente, na mesma Conferência da CSE de 1975 que viu o confronto final entre neo-Ricardianos e fundamentalistas em um debate de conjunto entre David Yaffe e Dave Purdy, novas abordagens, que haviam surgido independentemente no trabalho dos Grupos de Trabalho e Habitação, estavam sendo apresentadas em sessões de workshop. Na sessão de encerramento daquela conferência foi reconhecida a necessidade de ampliar o debate e explorar novas direções, com forte resistência das duas alas da velha guarda, de realizar a conferência de 1976 sobre o "processo trabalhista", e de estabelecer grupos de trabalho para se preparar para aquela conferência no ano seguinte.

NOVAS DIREÇÕES NA TEORIA DO ESTADO

À LUTA DE CLASSE E O ESTADO: LUTAS PELA MORADIA E LUTAS SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO

Estas novas abordagens do Estado surgiram de uma reavaliação do conceito de "econômico" que dominou os debates sobre a crise do capital e a crise das despesas do Estado. Esses debates tinham se concentrado quase que inteiramente nas dimensões quantitativas da crise e seu impacto sobre a taxa de lucro. Em contraste, o trabalho dos Grupos de Trabalho e Habitação do CSE tinha se desenvolvido em resposta ao crescimento das lutas dos inquilinos e da "comunidade", por um lado, e das lutas do chão de fábrica sobre a produção, por outro, nenhuma das quais podendo ser

compreendida com base em qualquer separação clara entre a "econômica" e a "política".

Não há uma linha divisória clara entre as dimensões "econômica", "política" e "ideológica" das lutas de classe por moradia. O poder e os direitos de propriedade do locador estão consagrados na lei e são aplicados pelo Estado. Não há nenhuma base na experiência imediata de exploração para a separação dos aspectos econômicos e políticos das lutas pela moradia. O locatário experimenta sua exploração não simplesmente como econômica, mas como inseparavelmente econômica e política, com a ameaça do oficial de justiça e de despejo atrás do locador. Correspondentemente, qualquer desafio da classe trabalhadora aos poderes e direitos do locador, mesmo em busca de fins "econômicos" como a resistência ao aumento de aluguéis, é inevitavelmente e inseparavelmente uma luta ideológica e política, bem como econômica, levando imediatamente a um desafio aos direitos de propriedade.

A separação destas dimensões da luta tem sido um aspecto central da forma como o Estado tem respondido a tais lutas. O Estado procura impor os direitos de propriedade aos inquilinos individualmente através dos tribunais, fragmentando a resistência coletiva ao poder social da propriedade e assegurando que tal poder será imposto aos inquilinos individualmente através do "mercado", decompondo as forças de classe e recompondo-as como "grupos de interesse" com base nas categorias de posse. Enquanto isso, o sistema eleitoral fornece um meio pelo qual os direitos de propriedade podem ser contestados "politicamente" dentro da constituição, mas somente com base na decomposição da organização coletiva da comunidade e sua recomposição como um "eleitorado" cujo único vínculo é a abstração da cidadania individual.

Entretanto, as lutas habitacionais nunca foram confinadas dentro destes limites. Quando as lutas habitacionais ameaçaram ultrapassar os limites constitucionais da "política" e da lei, para evoluir para um desafio coletivo aos direitos de propriedade, o Estado respondeu reestruturando a relação entre política e economia, modificando as formas de

regulamentação do mercado imobiliário e fazendo concessões "econômicas" na tentativa de restabelecer a regra do dinheiro e da lei e restaurar a separação entre as duas esferasⁿ.

No início dos anos 1970, estas questões surgiram mais claramente na resposta do Estado às lutas "comunitárias", enquanto o Estado procurava incorporar o dinamismo das lutas locais em seu próprio aparato, um processo que foi descrito e teorizado de forma muito aguda no importante livro de Cynthia Cockburn, "*The Local State*" (1977). Em seu livro, ela mostrou como o Estado local havia inicialmente visto o fracasso de suas políticas de combate à pobreza, desemprego e decadência urbana em termos de suas próprias falhas gerenciais, que a revolução no governo local, centrada na "gestão corporativa", supostamente deveria remediar^o. À medida que a crise se aprofundava, as falhas políticas apareciam na forma de crescente resistência local, que era interpretada pelo Estado local como resultado do afastamento de um sistema de gestão excessivamente centralizado. O "desenvolvimento comunitário"^p foi então visto como o meio de remediar os defeitos da "gestão corporativa", fornecendo canais de informação e meios de legitimação das políticas do Estado. Entretanto, o entusiasmo do Estado pela "democracia participativa" foi motivado pela preocupação de não atender às necessidades das pessoas, mas de confinar suas aspirações e sua organização dentro dos limites dos recursos e das formas de provisão à disposição do Estado. Contra a "política comunitária" da moda, que Cockburn via como uma forma de assimilar e desviar as aspirações da classe trabalhadora, e contra a celebração da fragmentação dos "novos movimentos sociais", ela enfatizou a importância

ⁿUma seleção de trabalhos do grupo de habitação foi publicada no CSE *Political Economy of Housing Group*, 1975.

^oEste processo havia sido explorado em um documento influente de John Benington, no qual a reforma do governo local foi interpretada em termos da despolitização da política, pois a gestão empresarial cada vez mais empreendedora do governo local resultou "na substituição de 'políticas' por 'política' em nível local" (Benington, 1974, p. 34).

^p(N.T.) Foi provavelmente neste período, e, ainda, refém deste contexto, que a ideia de 'desenvolvimento comunitário' entrou no debate na área da saúde, e, em especial, incorporando-se no rol das estratégias de promoção da saúde descritas pela Carta de Ottawa³. Esta ideia foi incorporada sem maiores reflexões no âmbito da Medicina Social/Saúde Coletiva como uma forma de considerar 'o social' nas ações de saúde favorecendo a lógica "coletiva". No fundo, Clarke nos demonstra o que estava por trás disso – uma forma de desviar do horizonte de lutas da natureza capitalista do Estado.

de uma "política de reprodução" centrada na classe, que poderia superar as limitações da política socialista tradicional, ligando as lutas de classe no ponto de reprodução com as lutas de classe no ponto de produção.

Ficou claro no trabalho do CSE Housing Group em meados dos anos 1970 que a separação entre o econômico e o político não pode ser vista como uma dada característica estrutural do modo de produção capitalista, nem a forma dessa separação e os limites entre os dois podem ser vistos como uma característica constante do modo de produção capitalista. Tanto o fato quanto a forma da "separação do econômico do político" é um objeto permanente da luta de classes, que o Estado procura impor às lutas da classe trabalhadora para confinar essas lutas dentro dos limites da propriedade privada e da reprodução capitalista. Central para esta separação é a fragmentação das lutas de classe impostas pelas formas da mercadoria, do dinheiro e da lei, através das quais os direitos de propriedade são impostos aos trabalhadores como indivíduos, de modo que sua subordinação ao capital possa ser imposta através da forma anônima de competição capitalista, seja por emprego ou por moradia.

Exatamente as mesmas lições emergiram do trabalho sobre o processo de trabalho capitalista, que foi novamente inspirado pelo crescimento das lutas pelo chão de fábrica nos anos 1970, que cada vez mais se relacionavam não apenas com os salários, mas com a reestruturação do processo de trabalho, levantando a questão da forma social de produção⁹.

O tema central deste trabalho é o argumento de que a subordinação do trabalhador ao capitalista no processo de trabalho não é imposta pela tecnologia capitalista, por mais que a tentativa de impor tal subordinação seja uma consideração no desenho dessa tecnologia, mas é imposta apenas através de uma luta constante pela subordinação da atividade

⁹O trabalho sobre o processo trabalhista foi teoricamente informado por uma leitura das Partes III e IV, e pelo rascunho do capítulo "Os Resultados Imediatos do Processo de Produção", do Volume Um do Capital, pelo importante livro de Harry Braverman, *Labour and Monopoly Capital* (1974), pela obra de Andre Gorz, Christian Palloix e outros na França e, mais importante, pelo trabalho da escola autônoma na Itália. Ver as importantes coleções CSE/Etapa Um, 1976; CSE/Red Notes, 1979, e A. Gorz, ed., 1976.

produtiva do "trabalhador coletivo" à reprodução ampliada do capital. Isto não é simplesmente uma luta "econômica", mas é mais fundamentalmente uma luta social, uma luta pela reprodução do trabalhador como trabalhador pelo capital, uma luta do capital para decompor o "trabalhador coletivo" como o sujeito autoconscientemente organizado do processo do trabalho e para recompô-lo como objeto da exploração capitalista. Esta luta se estende muito além da fábrica, para abranger todos os aspectos da reprodução social da classe trabalhadora. Neste sentido, as lutas em torno da moradia e do planejamento urbano, os padrões de consumo, as relações de gênero e a família, o transporte, o lazer e o Estado são todos aspectos da luta pela reprodução das relações de classe capitalista. Esta generalização da luta de classes, na tentativa de assegurar a subordinação da classe trabalhadora ao capital para além do local de trabalho, desenvolveu-se historicamente em resposta à tentativa da classe trabalhadora de preservar sua autonomia social, na medida em que os autonomistas se referiam à sociedade como a "fábrica social".

O trabalho dos grupos do Processo Habitacional e Trabalhista, que vinha abordando a questão teórica da relação entre o econômico e o político a partir da perspectiva de lutas concretas, parecia mostrar um caminho para além do impasse alcançado no debate sobre a crise das despesas do Estado. Estas preocupações se reuniram na Conferência "Processo Trabalhista" de 1976, na qual o CSE decidiu organizar uma série de escolas diurnas que antecederam a conferência de 1977 sobre o tema "Luta de Classes, o Estado e a Reestruturação do Capital". O ponto de partida teórico da abordagem do Estado que se desenvolveu nos anos seguintes foi o exame crítico das teorias do Estado propostas por Poulantzas e emergentes do debate sobre a "derivação do Estado" alemão.

POULANTZAS E O PROBLEMA DO ESTADO

Embora a terminologia, se não a substância, da teoria do Estado de Poulantzas tivesse estabelecido um quase monopólio por volta de 1975-6, uma corrente subterrânea crítica estava começando a emergir. Fine e

Harris haviam notado os fundamentos teóricos neo-Ricardianos e as implicações políticas reformistas da concepção de Gough sobre o Estado, sem relacionar essas críticas à estrutura teórica Poulantziana que Gough havia adotado, derivando esta limitação principalmente da interpretação "economística" da teoria de valor de Marx que, por todas as suas diferenças, Fine e Harris compartilharam com os neo-Ricardianos (Clarke, 1980). John Holloway e Sol Picciotto, em uma série de artigos, criticaram igualmente o "politicismo" de Poulantzas e o "economismo" de Fine e Harris, John Holloway argumentando que "uma análise materialista do Estado não deve ser confundida com uma análise econômica, pois tanto as funções "econômica" quanto as "políticas" do Estado capitalista são fundadas na natureza contraditória da produção capitalista de mercadorias", apontando o debate de derivação do Estado alemão como oferecendo o caminho mais frutífero para o futuro (Holloway, 1976, p. 18). Estas críticas foram desenvolvidas no primeiro trabalho de Simon Clarke nesta coleção, que procurou estabelecer que as fraquezas teóricas identificadas na teoria do Estado de Poulantzas não eram falhas superficiais, mas derivavam dos fundamentos neo-Ricardianos da teoria¹.

O argumento central do jornal é que por trás de sua retórica radical, e quaisquer que sejam as intenções de Poulantzas, sua teoria do Estado repousa sobre fundações burguesas rigorosamente burguesas. Essas fundações burguesas são identificadas como a separação analítica radical entre as relações de produção, cuja forma é determinada principalmente pela tecnologia, e as relações de distribuição, que são constituídas pela relação de propriedade dos fatores de produção. Embora esta concepção de produção tenha sido atestada por Stalin como a teoria marxista

¹O documento foi discutido em grupos locais, no grupo de trabalho "Teoria do Estado", e na Conferência CSE de 1977. Foi publicado pela primeira vez em *Capital e Classe* (Clarke, 1977). Uma crítica de Poulantzas em linhas teóricas semelhantes, que se concentrava especialmente em Gough e em Fine e Harris, foi apresentada à Teoria do Grupo Estatal do CSE por Robby Guttmann, 1977. O trabalho de Gough e Fine e Harris também foi criticado por John Holloway e Sol Picciotto, 1978, pp. 10-14, e pelo Grupo CSE de Edimburgo, 1977, pp. 15-24. Por outro lado, a versão de Fine and Harris da teoria do capitalismo monopolista estatal recebeu um endosso elogiadador de Bob Jessop, 1982, pp. 53-7. A teoria do Estado de Poulantzas foi defendida na Conferência do CSE de 1977, particularmente em artigos de Bob Jessop, John Solomos, Joachim Hirsch e do Grupo CSE de Frankfurt.

ortodoxa, e seja comumente encontrada em interpretações "economicistas" de Marx, ela deriva não de Marx mas de John Stuart Mill, cujo argumento Marx ridicularizou no último capítulo do Volume 3 de "*O Capital*". É esta separação das relações de distribuição das relações de produção que sustenta a concepção burguesa da relação entre o econômico e o político, uma concepção importada para o marxismo sob a forma de uma separação radical entre a luta econômica e a política.

É claro que Poulantzas não apresenta o argumento nestes termos e, de fato, ele e Althusser negam explicitamente tal interpretação (c.f. Tomlinson, 1978, pp. 127-9; Fine e Harris, 1979, p. 100). Entretanto, a questão não é como Althusser ou Poulantzas caracterizam suas teorias, mas a estrutura de suas teorias e os fundamentos sobre os quais a coerência dessas teorias repousa implicitamente, se elas reconhecem ou não tais fundamentos. Além disso, a crítica não depende de nenhuma formulação particular da relação entre o econômico e o político, ou da estrutura e da luta, uma vez que a distinção fundamental tenha sido feita. Assim, o desenvolvimento posterior da teoria de Poulantzas, na qual ele relaxou seu "determinismo estrutural" para dar cada vez mais peso ao papel da "luta de classes", não altera em nada a caracterização do "econômico" e do "político" sobre o qual repousa sua teoria, assim como não é alterada pelo estreitamento dos limites da autonomia do Estado por Fine e Harris. Esta é a justificativa para reproduzir o artigo, pois ele não se dirige apenas ao trabalho inicial de Poulantzas, mas às formas de teorização recorrentes^s.

Contra Poulantzas, o documento aqui reproduzido argumentou que "*as formas econômicas, políticas e ideológicas são formas que são tomadas pelas relações de produção*" (Clarke, 1977, p. 10, abaixo^t da p. 84). Se as "relações de produção" fossem entendidas em termos puramente técnicos ou econômicos, isso equivaleria a uma reavaliação de uma interpretação tecnologista ou economicista de Marx (Jessop, 1982, pp. 95-

^sEste é o fio condutor do trabalho de Althusser e Poulantzas, através da Escola Francesa de Regulação até a "reformulação" da teoria estatal de Hirsch e Jessop. C.f. Bonefeld e Holloway, em breve.

^t(N.T.) Este "abaixo" significa que Clarke vai voltar neste debate, aprofundando-o, ou ainda, dando mais elementos para pensar sua complexidade, na página que cita do mesmo livro.

6; Solomos, 1979). Entretanto, o argumento não é de modo algum redutor. É antes que as formas econômicas, políticas e ideológicas não podem ser conceitualizadas independentemente umas das outras, com o conceito de "relações de produção" expressando sua unidade e complementaridade essenciais. Portanto, elas devem ser entendidas como "formas funcionais" diferenciadas de relações sociais capitalistas, assim como Marx analisa o capital produtivo, o dinheiro e a mercadoria como formas funcionais do capital. O argumento também não é de forma alguma abstrato, é apenas a expressão teórica da unidade da experiência cotidiana. O cidadão, o dono da mercadoria e o sujeito consciente não são três pessoas diferentes, eles são uma e a mesma coisa. O trabalhador assalariado não estabelece três relações diferentes com o capitalista, mas uma única relação na qual o trabalhador, como cidadão, escolhe livremente, como proprietário de mercadorias, vender sua força de trabalho ao capitalista e assim se submeter, como um sujeito consciente, à vontade do capitalista. Assim, a unidade das relações sociais de produção é conceitual e empiricamente anterior à sua elaboração em formas institucionais ideológicas, políticas e econômicas diferenciadas, uma elaboração que se desenvolve, se reproduz, é desafiada e se transforma no curso da luta de classes sobre a reprodução das relações sociais capitalistas de produção. A motivação política subjacente ao argumento é a afirmação de que um marxismo humanista, que busca construir uma nova forma de sociedade a partir da experiência cotidiana e das aspirações de seres humanos concretos, deve tomar como ponto de partida a unidade da experiência humana, não a fragmentação dessa experiência nas formas alienadas de "ideologia", "política" e "economia" que o capital busca lhe impor.

Esta crítica de Poulantzas não foi longe na elaboração de uma abordagem alternativa ao Estado. O desenvolvimento de tal abordagem foi iniciado pelo documento conjunto de John Holloway e Sol Picciotto, que surgiu da discussão do Estado no Grupo de Trabalho sobre Integração Europeia do CSE.

A LUTA DE CLASSE, A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E DO ESTADO

Sol Picciotto e Hugo Radice já haviam indicado os contornos de uma abordagem alternativa ao Estado em sua discussão sobre a internacionalização do capital e do Estado-nação, que havia levantado a questão da *forma* do Estado como um objeto de luta de classes. Esta abordagem tinha o potencial de superar a oposição estéril entre ultra-leftismo e reformismo, que dizia respeito à relação dos socialistas com as estruturas estatais existentes, sujeitando as próprias estruturas estatais a uma crítica teórica e política radical, deslocando a questão de "quem detém o poder em uma sociedade capitalista?".

Sol Picciotto desenvolveu ainda mais estas ideias em seu trabalho sobre o direito e o Estado, que explorou a contradição geral da forma jurídica "entre a ideologia do direito e as relações sociais às quais ele se aplica e que ele defende", uma contradição que "depende da contradição primária entre a crescente socialização dos meios de produção e as relações sociais capitalistas que exigem uma defesa contínua do mercado e da apropriação privada [...] como expressa nas formas mutáveis da luta de classes" (Picciotto, 1974, p. 2)

O artigo reimpresso nesta coleção é a versão final de uma série de artigos escritos para o Grupo de Trabalho sobre Integração Européia do CSE durante 1975 e 1976⁴. Embora a análise fundamental nas várias versões do argumento não mude, há algumas diferenças de ênfase às quais vale a pena chamar a atenção à luz das críticas e interpretações errôneas às quais o papel foi submetido.

O artigo de Holloway e Picciotto abre com a observação de que a "economia" marxista se divorciou do estudo da luta de classes e do Estado, levando a uma visão da relação entre os dois como uma relação externa entre "economia" e "política", e não como uma relação entre formas diferentes, mas relacionadas, de dominação de classe. Isto leva ao ponto de partida de seu argumento, de que não é a "economia" ou o "Estado", mas

⁴Picciotto, 1975, Holloway, 1976; Holloway e Picciotto, 1976a, 1976b, 1980. Muitos dos mesmos argumentos aparecem na Introdução à sua importante coleção de trabalhos do debate estatal alemão, Holloway e Picciotto, 1978. Esta versão do trabalho foi publicada pela primeira vez em *Capital e Classe*, 2, 1977.

a luta de classes que determina o desenvolvimento destas formas de dominação. Entretanto, a tarefa analítica não é apenas uma questão de afastar os véus econômicos e políticos, para revelar uma realidade mais profunda da luta de classes escondida atrás deles. A questão fundamental é a de explicar por que a exploração de classes em uma sociedade capitalista aparece nestas formas mistificadas, de perguntar "o que é sobre as relações de produção sob o capitalismo que as faz assumir formas econômicas e políticas separadas" (Holloway e Picciotto, 1977, p. 78, abaixo^v da p. 112).

Este foi o tema central do debate sobre a derivação do Estado alemão em que Holloway e Picciotto se basearam. Entretanto, havia diferenças consideráveis dentro do debate estatal entre as diferentes derivações do Estado propostas. Na primeira versão de seu trabalho, Holloway e Picciotto desenvolveram o argumento em termos de uma distinção entre a *essência* e a *forma de aparência* do Estado capitalista. A essência do Estado capitalista é a aplicação do poder político para garantir a relação salarial e sua reprodução, que contrastaram com a aparência fetichizada desta relação como uma relação entre cidadãos/proprietários livres e iguais na forma ideal do Estado liberal (Holloway e Picciotto, 1976a, p. 2). Em seguida, enfatizaram a prioridade lógica e histórica do papel do Estado na garantia das condições de troca de mercadorias na explicação da forma e função do Estado capitalista (um argumento proposto no debate estatal alemão por Blanke, Jürgens e Kastendiek, que usaram o conceito de "forma funcional" em vez de "forma de aparência" como base de sua teoria, que é uma frase mais satisfatória ao reconhecer "tanto a conexão interna quanto a falta de conexão externa" entre as formas econômicas e políticas de dominação capitalista).

Nas versões posteriores do documento, o argumento explícito muda. Em sua crítica a Gough, chamaram a atenção tanto para a anarquia da competição capitalista (um argumento derivado de Altvater) quanto para a necessidade de separar o exercício da força da relação de troca entre

^v(N.T.) Idem a nota do tradutor 't'.

capital e trabalho (um argumento derivado de Hirsch). No trabalho aqui reproduzido, e em seu volume sobre o debate estatal, eles rejeitam a "superficialidade" da primeira formulação e o "ecletismo" da segunda para aderir firmemente à explicação de Hirsch de que é a "liberdade" do trabalho assalariado que torna a separação do Estado da sociedade civil tanto possível quanto necessária. (As questões envolvidas são indicadas na nota de rodapé 3 do documento, e formam um tema central da "Introdução ao Estado e ao Capital".) Entretanto, grande parte da substância de seu argumento continua sendo informada por Blanke, Jürgens e pelo enfoque de Kastendijk no Estado como forma legal de dominação, contra a ênfase de Hirsch no Estado como um aparelho coercitivo.

Estas diferenças têm algum significado, mas não devem desviar a atenção da diferença mais importante entre o argumento desenvolvido neste documento e a abordagem que tendia a dominar o debate alemão. O tema central do argumento de Holloway e Picciotto é sua ênfase na primazia da luta de classes, contra a ênfase alemã na derivação lógica e/ou histórica do Estado. É importante enfatizar este ponto, que não é claramente evidenciado no artigo, devido à prevalência de uma interpretação equivocada de seu trabalho como um desenvolvimento do debate sobre a "derivação do Estado" alemão, e particularmente sua assimilação à abordagem de Hirsch (Jessop, 1982, p. 96).

A primeira metade do artigo analisa o Estado como uma "forma fetichizada" de relações sociais capitalistas, novamente devido mais a Blanke, Jürgens e Kastendijk, e ao próprio trabalho de Picciotto sobre a forma jurídica, do que a Hirsch. A igualdade do indivíduo perante o Estado é tanto uma condição para a desigualdade econômica da exploração de classe, como um meio pelo qual tal desigualdade é ocultada e a luta de classes fragmentada. Entretanto, as contribuições alemãs tendem a permanecer presas dentro de uma visão funcionalista do Estado, vendo os limites do Estado como externos, seja na forma de resistência da classe trabalhadora ou da "tendência à queda da taxa de lucro", enquanto explicam a forma capitalista do Estado como uma resposta lógica às

necessidades do capital, ou como o resultado histórico de lutas de classe passadas. Holloway e Picciotto, por outro lado, enfatizam o imediatismo da luta de classes como uma luta não apenas *dentro* mas também *contra* a forma estatal existente, de modo que a forma do Estado capitalista é o objeto e resultado constante da luta de classes. Eles argumentam que a reprodução do Estado como uma forma separada de dominação de classe é constantemente ameaçada pela organização da classe trabalhadora, uma vez que as lutas econômicas se combinam com as lutas políticas e a classe trabalhadora enfrenta o Estado como o poder organizado da classe capitalista.

Assim, a reprodução do capital depende do resultado da luta para manter a separação entre o econômico e o político contra este desafio da classe trabalhadora.

Holloway e Picciotto continuam criticando a fetichização da separação entre o econômico e o político, o que torna impossível compreender tanto o desenvolvimento do Estado quanto os limites da ação estatal, erro comum a Poulantzas, aos neo-Ricardianos e aos fundamentalistas. A resposta, entretanto, não é retornar a uma teoria "econômica" do Estado, mas desenvolver uma teoria propriamente "materialista"^w. Isto nos leva de volta ao debate alemão e seu ponto de partida na "relação do capital".

Holloway e Picciotto seguem Hirsch na crítica a muitos dos colaboradores do debate alemão por sua ênfase excessiva na lógica do capital, pela negligência do papel da luta de classes em dar a essa lógica um conteúdo e uma realidade histórica. Portanto, eles dedicam a segunda parte de seu artigo a delinear o desenvolvimento histórico do Estado. Entretanto, sua própria apresentação histórica difere substancialmente daquela de Hirsch, refletindo suas diferenças teóricas subjacentes. Para

^wNa versão revisada de seu documento sobre a integração europeia, Holloway e Picciotto apresentaram suas críticas a Poulantzas em termos que poderiam ser interpretados como "economicistas", aproveitando o contraste de Hirsch entre as abordagens "capital teórico" e "classe teórica", um contraste que só faz sentido se o capital for entendido como uma categoria econômica e a classe como uma categoria política. Nestes termos, Poulantzas é acusado de adotar uma "abordagem teórica de classe" que rejeita a "dinâmica determinante do capital" (1980, p. 128). C.f. Jessop, 1982, que se baseia fortemente neste contraste espúrio.

Hirsch, o ponto de partida na derivação do Estado foi a particularização da violência da relação capital-trabalho na forma do Estado, e correspondentemente o primeiro momento histórico de seu desenvolvimento foi "a *imposição da estrutura de classe capitalista*" (Hirsch, 1978a, p. 83). No entanto, Holloway e Picciotto começam sua apresentação histórica com "a generalização da produção de mercadorias", apesar de eliminarem a diferença ao assimilar a "separação do trabalhador dos meios de produção" à "individualização da propriedade privada", dois processos que não são de forma alguma idênticos, e que certamente não eram contemporâneos. Mais fundamentalmente, porém, Hirsch viu o surgimento da forma estatal capitalista como um evento histórico (inexplicável) que era a pré-condição estrutural para o estabelecimento de relações de classe capitalistas. Contra essa abordagem, Holloway e Picciotto argumentam que o desenvolvimento do Estado não pode ser explicado em termos da adaptação de sua forma às suas funções (inexplicáveis), mas apenas em termos das lutas de classe associadas com as contradições do modo de produção capitalista "levando para além dos limites das formas em que se desenvolveu até então", sendo essas formas as formas de produção de mercadorias que se desenvolviam dentro da sociedade feudal. Assim, o relato de Holloway e Picciotto está mais uma vez muito mais próximo ao de Blanke, Jürgens e Kastendiek, que derivaram a forma do Estado da necessidade de um sistema de lei para regular o intercâmbio de mercadorias, que insistiram que "o limite para a análise da forma consiste no fato de que, embora a *possibilidade* da realização dessa 'função do Estado' esteja estabelecida, a *necessidade* disso não é", e que argumentaram contra a opinião de que o surgimento do Estado serve "como condição prévia para o surgimento do domínio burguês", que o desenvolvimento do absolutismo "deve ser desenvolvido a partir da transição para as relações de mercadorias e dinheiro" (Blanke, Jürgens e Kastendiek, 1978, p. 132 e n. 31, p. 197)^x.

^xEsta formulação relaciona o desenvolvimento do capitalismo, e da forma capitalista estatal, com as contradições inerentes ao modo feudal de produção que aparecem com o desenvolvimento da produção de mercadorias. Isto torna possível fornecer uma explicação não teleológica da necessidade do

A caracterização de Holloway e Picciotto das etapas posteriores de desenvolvimento do Estado também difere da de Hirsch, que as relacionou com as contra tendências supostamente dominantes à tendência de queda da taxa de lucro, como a etapa do imperialismo e a etapa da revolução tecnológica, com pouca relação clara com a luta de classes. Holloway e Picciotto, ao contrário, relacionam os estágios seguintes com as formas de produção da mais-valia, como os estágios de produção da mais-valia absoluta e relativa.

O segundo, "liberal", momento do Estado é marcado pela conclusão da separação entre o econômico e o político^y. Entretanto, a aparente igualdade de troca é minada pela luta de classes durante a jornada de trabalho, o que deixa claro que "entre direitos iguais a força decide" (Marx, 1965, p. 235), ultrapassando assim as fronteiras entre "economia" e "política". O momento liberal do Estado é definido pela tentativa de preservar esses limites, resolvendo todos os conflitos dentro da esfera do intercâmbio. Entretanto, isto não pode mais ser alcançado com base em princípios legais abstratos, mas requer *legislação* e o início da *administração pública*, que se desenvolvem como respostas *ad hoc* à necessidade de conciliar formas particularistas de intervenção com o universalismo da forma liberal do Estado^z.

A terceira etapa é marcada pela produção da mais-valia relativa e a tendência à queda da taxa de lucro, que dita uma luta de classes constante sobre a reestruturação das relações sociais capitalistas de produção, uma luta que não pode ser reduzida à sua dimensão econômica, e que não pode ser confinada dentro de determinadas formas econômicas e políticas. Após a análise de Hirsch, Holloway e Picciotto argumentam que a separação do Estado da economia limita a capacidade do primeiro de intervir diretamente no segundo. Se o Estado ultrapassa este limite para intervir diretamente, a

desenvolvimento capitalista, evitando assim o problema que teorias funcionalistas, como a de Hirsch, têm com a forma de Estado absolutista, que aparece capitalista tanto na forma quanto nas funções e, no entanto, que precede o surgimento do modo de produção capitalista. C.f. Gerstenberger, 1977, 1978.

^yO termo "momento" implica que o liberalismo é tanto um aspecto permanente da forma do estado capitalista quanto uma fase histórica particular em seu desenvolvimento.

^zPara um desenvolvimento deste argumento veja o importante livro de Geoff Kay e James Mott, 1982.

politização da concorrência capitalista fragmenta o aparato estatal política e administrativamente. Assim, o desenvolvimento do Estado é marcado pela "interação contraditória da necessidade e limites decorrentes das contradições da reprodução capitalista", o que envolve lutas não apenas sobre a *escala* da intervenção estatal, mas mais fundamentalmente sobre as *formas* dessa intervenção. À medida que a crise se aprofunda, a tendência é cada vez mais minar a separação do Estado da sociedade, e assim minar as ilusões reformistas na neutralidade do Estado, embora Holloway e Picciotto concluam alertando contra uma avaliação excessivamente otimista das implicações políticas de um desenvolvimento.

Nesta última seção do jornal, Holloway e Picciotto parecem perder de vista a ênfase que dão à luta de classes e se aproximam de Hirsch ao relacionar as contradições da forma estatal principalmente com as necessidades contraditórias do capital. O conflito dentro do aparato estatal está relacionado a interesses capitalistas conflitantes, e a relação mútua entre política e economia está relacionada às necessidades do capital, sem que esta última, por sua vez, esteja relacionada às formas mutáveis de luta de classes e ao equilíbrio mútuo das forças de classe. Assim, parecem ser as necessidades contraditórias do capital, não a luta da classe trabalhadora, que desempenha o papel determinante para quebrar as barreiras entre política e economia e minar as ilusões do reformismo.

ESTRUTURA E LUTA NA TEORIA DO ESTADO

O trabalho de Holloway e Picciotto foi muito importante ao introduzir a questão da relação entre o econômico e o político levantada no debate alemão, e ao criticar a fetichização da distinção tanto na teoria política quanto na prática política reformista, tornando possível avançar além dos debates estéreis entre "instrumentalismo" e "estruturalismo", entre "economismo" e "politicismo", e entre "neo-Ricardianismo" e "fundamentalismo". Entretanto, a característica mais importante e original do argumento foi também a menos compreendida, e esta foi a insistência de que a distinção entre o econômico e o político era tanto real quanto

ilusória, como tendo um fundamento material e um significado ideológico, e assim não era uma característica estrutural inerente ao capitalismo, mas era tanto o objeto como o resultado da luta de classes. É esta ênfase que distingue claramente sua argumentação da de Hirsch.

Como vimos, Hirsch tendeu a considerar a separação do Estado da sociedade civil como um ato histórico que, uma vez realizado, poderia ser considerado como completo. O desenvolvimento da relação entre o Estado e a sociedade civil foi então determinado principalmente pela tendência de queda da taxa de lucro e pelas contra-tendências disponíveis. Apesar de Hirsch prestar uma homenagem ao papel da luta de classes na determinação dos padrões de desenvolvimento histórico, este papel tende a ser confinado dentro da, e subordinado à, estrutura e, correspondentemente, à função integradora do Estado.

Contra esta abordagem funcionalista o tema central, e muitas vezes repetido, do argumento de Holloway e Picciotto é que estrutura e luta não podem ser separadas, pois só através da luta é que as estruturas são impostas e reproduzidas. Assim, as “leis do movimento” do capitalismo não podem ser vistas como leis “econômicas” externas, mas são realizadas apenas na e através da luta de classes. Da mesma forma, a forma e as funções do Estado não são uma restrição estrutural, mas são determinadas apenas através da luta de classes^{aa}. Na primeira versão do artigo, eles criticaram abordagens que separam o econômico e o político em dois “níveis” qualitativamente distintos, “esquecendo que a separação não é algo passado, mas uma luta contínua para manter a realidade de uma ilusão”. Assim, eles argumentaram que as formas fetichizadas econômicas e políticas das relações sociais capitalistas são tanto ilusão quanto realidade, sendo a solidez dessa realidade não um fato dado, mas o objeto da luta de classes. “A luta da classe dominante para manter as relações de produção capitalistas é uma luta para manter a realidade de uma aparência; a classe trabalhadora luta para quebrar essa aparência e

^{aa}Este é o núcleo de sua crítica a Hirsch na introdução a Holloway e Picciotto, 1978 (pp. 27-8), c.f. Holloway, 1988.

perceber a realidade imanente na natureza social da produção" (Holloway e Picciotto, 1976b, pp. 1, 5-6).

Este não é um argumento teórico esotérico, é uma lição muito concreta aprendida com as lutas dos anos 1970. Por exemplo, a resistência à Lei de Relações Industriais do governo Heath derrubou as barreiras ao ponto de Heath se candidatar à reeleição em 1974 sobre a questão de "quem governa o país?". O contrato salarial entre trabalhador individual e capitalista é uma realidade muito sólida se o capitalista tem o poder de impor esse contrato, mas se dissolve em pura ilusão se os trabalhadores forem capazes de contrapor seu poder coletivo ao do capital. A "majestade da lei" pode inspirar temor quando confronta o indivíduo isolado, ao mesmo tempo em que se torna um objeto de ridicularização diante da resistência coletiva.

Estas diferenças teóricas assumiram uma importância política crescente diante do "novo realismo" que começou a se erguer em meados dos anos 1970. Os "novos realistas" argumentaram que os socialistas tinham que reconhecer a "realidade" das restrições estruturais impostas ao Estado pelo capital, mas ignoraram o fato de que a "realidade" em questão não é dada, mas é um objeto de luta de classes. A "realidade" que o novo realismo abraçou não era simplesmente falsa, era uma inversão mistificada da realidade cotidiana da existência da classe trabalhadora. Ao aceitar a separação ilusória do econômico e do político como realidade, o novo realismo fingia que a realidade da exploração capitalista que tal separação serve para reproduzir é uma ilusão fantástica dos explorados e oprimidos. Entretanto, o novo realismo não pode ser reduzido a uma mistificação ideológica, pois é a expressão ideológica das formas que o capital e o Estado procuram impor à luta de classes. Assim, o novo realismo é apenas a mais recente expressão ideológica da política de reformismo.

A limitação do reformismo é que ele "aceita a fetichização da luta de classes em canais econômicos e políticos distintos, que, portanto, prevê a possibilidade de transformar a sociedade pela mera conquista de instituições políticas. É característico do reformismo, em suma, aceitar a

ideologia burguesa". De fato, na medida em que a luta de classes está confinada a canais econômicos e políticos distintos, ela serve para reproduzir e não para transformar as relações sociais burguesas, e nessa medida, quaisquer que sejam os ganhos econômicos que ela possa alcançar para a classe trabalhadora, ela "constitui parte do processo político através do qual os interesses do capital em geral são estabelecidos" (Holloway e Picciotto, 1976a, pp. 4-6). A separação entre o econômico e o político não é uma característica objetiva de uma estrutura imposta pela lógica do capital, é uma estrutura institucional que só é imposta às relações de produção capitalistas através de uma luta de classes permanente, uma estrutura que é, portanto, um objeto constante da luta de classes, que só é reproduzida e transformada através desta luta. Neste sentido, a "realidade" abraçada pelo novo realismo foi a realidade da derrota na luta, uma derrota que os "novos realistas" descreveram como inevitável.

A diferença entre estas duas abordagens diferentes é evidenciada nos contrastes entre os três próximos trabalhos da coleção, de Joachim Hirsch, Bob Jessop, e Simon Clarke. Estes trabalhos foram todos escritos, independentemente um do outro, para uma conferência na Cosenza na Itália em 1982, organizada pela agora extinta revista *Kapitalistate*, e foram publicados na revista no ano seguinte.

O artigo de Hirsch fornece uma declaração particularmente clara sobre o desenvolvimento de sua abordagem anterior do Estado, baseando-se particularmente no trabalho da Aglietta e da Escola Francesa de Regulação. Para Hirsch, o trabalho da Escola Francesa de Regulação, que procurou fornecer bases mais rigorosas e concretas para o funcionalismo estrutural de Poulantzas, tornou possível ir além "das características gerais e estruturais de uma sociedade capitalista" (Hirsch, 1983, p. 75, abaixo^{bb}, p. 143). Assim, sua análise inicial do Estado capitalista contemporâneo foi reformulada para fornecer uma teoria do "Estado de segurança fordista" como um modo distinto de dominação, que foi baseada na visão "estrutural-funcionalista", emprestada de Poulantzas e da Teoria da

^{bb}(N.T.) Idem a nota do tradutor 't'.

Regulamentação, de que o Estado de bem-estar social "não é apenas um resultado da luta de classes, mas é também um constituinte estrutural da forma fordista de socialização", garantindo "tanto a sobrevivência material de seus membros sociais quanto seu ajuste funcional e regulamentação, seu condicionamento social e vigilância" como "controle e regulamentação burocrática" substitui "as relações sociais que antes eram fundadas e mantidas de forma quase natural pelo mercado e pelos modos de vida tradicionais".

No modelo de Hirsch o "Estado de segurança fordista" supera a divisão entre o "econômico" e o "político", mas isto não é o resultado da luta de classes, mas sim do desenvolvimento estrutural do regime fordista de acumulação, tomando a forma da "estatificação" da sociedade, que "é o outro lado da desintegração fordista". A quebra dos mecanismos "quase naturais" de dominação capitalista força o Estado a assumir as funções do capital. Assim, a divisão entre o econômico e o político é superada não através da luta de classes, mas de acordo com a lógica estrutural do Estado (Hirsch, 1983, pp. 78-9, abaixo^{cc} da p. 146).

Este desenvolvimento reforça o "politicismo" implícito no trabalho inicial de Hirsch, pois a divisão entre o econômico e o político é superada não na base do capital, mas na base do Estado. Assim, Hirsch argumenta que "através do desenvolvimento da sociedade capitalista, a relação do Estado com a 'base' mudou fundamentalmente. O Estado tornou-se cada vez mais um *elemento* orgânico da reprodução social e econômica" (Hirsch, 1984, p. 2). A unidade e coerência da sociedade capitalista não mais deriva da unidade (contraditória) do circuito de reprodução do capital, mas é imposta à sociedade através da "estratégia de acumulação" e da "estrutura hegemônica" do Estado, que definem as dimensões "econômica" e "política" da "estatificação" da sociedade.

Para Hirsch a "estatificação" da sociedade mina a autonomia do Estado que, segundo Poulantzas e os teóricos da Derivação do Estado, é funcionalmente necessária para que o Estado garanta as condições gerais

^{cc}(N.T.) Idem a nota do tradutor 't'.

de reprodução capitalista contra os interesses de cada capital ou fração do capital em particular. "Entretanto, isto não deve ser visto como uma inadequação da teoria, mas como uma expressão de tendências sociais contraditórias que devem se manifestar em conflitos sociais específicos". A estatização da sociedade significa que esses conflitos não ocorrem mais na sociedade civil, mas ocorrem dentro do aparato estatal, entre "diferentes relações burocráticas e organizações políticas, cada uma com inter-relações específicas com classes e frações de classe particulares". Assim, por exemplo, os partidos políticos, e os partidos social-democratas e sindicatos em particular, foram transformados em "aparatos quase estatais", tornando-se "partidos integradores de massa" que "medeiam as aparentes restrições" do mercado mundial "às pessoas afetadas, à medida que estas se dirigem e canalizam as demandas e interesses das pessoas, tornando-os compatíveis com as condições do sistema", proporcionando "um novo modo estrutural de controlar os conflitos de classe capitalistas", incorporando "um núcleo social com privilégios econômicos que [...] consiste em capital tecnologicamente avançado, parte de uma nova classe média, e trabalhadores qualificados".

O "Estado de segurança fordista" cria novas formas de conflito, pois o "sistema de integração de massa exclui vários interesses que não podem mais ser tratados dentro do sistema político", pois o sistema de representação burocratizado torna-se "insensível e não responde aos interesses e problemas sociais", particularmente os dos estratos economicamente marginalizados dos "trabalhadores não qualificados", pessoas deslocadas e abandonadas, aquelas frações do capital ameaçadas pela mudança estrutural, os deficientes físicos e psíquicos e aqueles que estão desgastados pelo processo trabalhista", enquanto "interesses não-produtivistas – como aqueles em um ambiente saudável ou na ecologia natural – são marginalizados dentro e entre pessoas individuais". O resultado é que "os conflitos sociais ainda resultam do contexto de exploração capitalista, mas não se manifestam segundo as linhas tradicionais de classe". Em vez disso, eles aparecem na forma de

conflitos entre partidos internos, entre a liderança e a hierarquia, por um lado, e "entre o aparato político corporativista como um todo e movimentos sociais extra-institucionais que se formam em oposição". O resultado é que o principal objeto da luta não é mais o capital, mas o Estado^{dd}, e a principal força progressista não é a classe trabalhadora organizada, mas os "novos movimentos sociais"^{ee}. Embora o significado funcional e o resultado de tais conflitos possa não ser claro, é certo politicamente que "temos que nos despedir de algumas concepções anacrônicas de política e luta de classes", e que teoricamente temos que complementar Marx com Weber (Hirsch, 1984, p. 6). A conclusão de Hirsch o traz de volta, tanto política como teoricamente, à "abordagem sociológica" da Escola de Frankfurt, com a qual ele começou.

Os conceitos de "estratégia de acumulação" e "estrutura hegemônica", que Hirsch adotou para explicar a unidade e a coerência da sociedade capitalista, foram adaptados dos conceitos de "estratégia de acumulação" e "projeto hegemônico" que foram introduzidos por Bob Jessop em seu artigo para a conferência Cosenza, um documento que, como o de Hirsch, traz a marca da Escola Francesa de Regulação, e que é o quarto artigo desta coletânea.

A tarefa que Bob Jessop se propôs foi resolver o problema que aflige todas as teorias estrutural-funcionalistas do Estado, estabelecer uma relação determinada, mas não redutora, entre as esferas "relativamente autônomas" do "econômico" e do "político", e entre os mundos ontologicamente distintos de "estrutura" e "luta". Quanto a Poulantzas e Hirsch, a falha de Jessop em fornecer um relato adequado da unidade

^{dd}(N.T.) Em que pese a aparente novidade no redirecionamento da luta política em direção ao Estado e não para o capital, Pachukanis já explicitava em 1930 que o Estado era esse elemento de "correção" que mascara a dominação pelo capital. Como assevera Pachukanis⁴: "O Estado como fator de força tanto na política interna quanto na externa foi a correção que a burguesia se viu obrigada a fazer em sua teoria e prática do 'Estado de direito'" (p. 213).

^{ee}Todas as citações nos dois últimos parágrafos são de Hirsch, 1983, pp. 80-87, abaixo das pp. 131-138. Em seu trabalho inicial, Hirsch via o anti-estatismo dos "novos movimentos sociais" como progressivo. Mais tarde, ele veio a perguntar se eles poderiam ser vistos como "correlatos funcionais à regulamentação corporativa" ou mesmo "perder suas atuais tendências progressistas, anti-capitalistas e igualitárias, e vir a ser os apoiadores sociais, políticos e ideológicos do processo contínuo de reestruturação capitalista, levando à imposição de uma nova – e pode-se dizer "neo-" ou "pós-fordista" – formação capitalista" (Hirsch, 1984, p. 6). Para uma crítica da análise de Hirsch sobre o pós-fordismo, ver Bonefeld, 1987.

contraditória do processo de reprodução capitalista significa que é o Estado que tem que carregar o fardo de estabelecer a unidade e a coerência da "formação social".

Para Jessop a "forma de valor" determina o quadro estrutural dentro do qual ocorre a acumulação do capital, mas não determina completamente o curso da acumulação, que é "o resultado de uma luta de classes econômica na qual o equilíbrio de forças é moldado por muitos fatores além da própria forma de valor" (Jessop, 1983, p. 90, abaixo^{ff} da p. 159)^{gg}. Entretanto, os caprichos da luta de classes e a anarquia do mercado significam que "não há unidade substantiva no circuito do capital nem qualquer padrão predeterminado de acumulação" (p. 91, abaixo^{hh} da p. 159). Isto significa que, para a Jessop, é necessário um poder externo para impor os mecanismos reguladores que possam assegurar o acúmulo sustentado do capital, sendo o principal tal poder o Estado, como a instituição reguladora totalizadora. O padrão de acúmulo é determinado em última instância pela "estratégia de acúmulo" adotada pelo Estado. Entretanto, não há uma estratégia de acumulação única disponível para o Estado, mas uma gama de estratégias alternativas, expressando diferentes interesses e alianças de classe e fracionárias, embora qualquer estratégia de acumulação viável tenha que conciliar a busca de interesses seccionais com a acumulação sustentada do capital como um todo.

Esta análise leva à questão de qual estratégia de acumulação será adotada pelo Estado, uma questão que só pode ser respondida por meio da análise dos conflitos políticos através dos quais as questões estratégicas são resolvidas. A estratégia de acúmulo não é simplesmente imposta ao Estado por forças externas, economicamente constituídas, mas é limitada pelas formas institucionais de representação política, organização

^{ff}(N.T.) Idem a nota do tradutor 't'.

^{gg}Note que a "forma de valor" não é aqui entendida como o processo pelo qual as relações sociais aparecem na forma de relações entre as coisas, como foi para Marx, mas como uma estrutura de coisas que determina as relações sociais. Esta inversão da relação entre "essência" e "aparência" está subjacente ao empirismo da abordagem de Jessop, segundo o qual são as formas institucionais contingentes e os conflitos políticos que determinam o desenvolvimento das relações de valor e o curso da acumulação.

^{hh}(N.T.) Idem a nota do tradutor 't'.

administrativa e intervenção econômica do Estado. Além disso, a seleção de uma determinada estratégia de acúmulo é determinada politicamente, de acordo com a necessidade de assegurar bases sociais de apoio à estratégia. Assim, a adoção e implementação bem sucedida de uma "estratégia de acúmulo" particular depende de sua consistência com um "projeto hegemônico" viável através do qual tal apoio é garantido.

O trabalho de Jessop é um desenvolvimento sofisticado da abordagem "estrutural-funcionalista" do Estado derivada de Poulantzas, mas permanece, no entanto, estrutural-funcionalista, e não consegue superar as limitações dessa abordagem. A "forma valor" continua a desempenhar o papel de uma estrutura "econômica" externa, que define passivamente os limites dentro dos quais a "luta de classes" e a contingência histórica podem determinar o curso do acúmulo. Isto tanto exagera a medida em que os aspectos materiais da produção capitalista limitam o desenvolvimento da luta de classes, ao tratá-las como uma força externa, como subestima a medida em que a luta de classes é determinada objetivamente, ao desconsiderar a medida em que a luta de classes é uma luta pela reprodução das relações de produção capitalistas. Além disso, a linha divisória entre "estrutura" e "luta" é essencialmente arbitrária: em que ponto o determinismo da estrutura dá lugar ao voluntarismo da luta?

O estrutural-funcionalismo desta análise também aparece no fracasso de Jessop em compreender que a luta de classes, e em outro nível a atividade do Estado, não é um meio de *resolver* as contradições da acumulação capitalista, mas é uma *expressão* dessas contradições. Neste sentido, não pode haver uma "estratégia de acumulação", porque não existe um agente, nem mesmo o Estado, que possa estar acima do processo de acumulação para dar unidade e coerência, resolvendo as contradições inerentes à acumulação capitalista. O Estado não pode ficar acima das relações de valor, pela simples razão de que o Estado está inserido em tais relações como um momento da luta de classes sobre a reprodução das relações capitalistas de produção.

O próximo artigo desta coleção, também apresentado na conferência Cosenza, traça uma linha divisória entre a abordagem estrutural-funcionalista do Estado, desenvolvida por Poulantzas, Hirsch e Jessop, e a abordagem centrada na luta de classes que tinha surgido dentro dos Grupos de Trabalho do CSE. O contexto do artigo foi o desafio lançado às análises convencionais pela ascensão da Nova Direita. A questão política em jogo era absolutamente fundamental: era se a ascensão da Nova Direita representava uma resposta "funcional" a uma crise estrutural no "regime fordista de acumulação", como argumentaram Hirsch e Jessop, ou se, como Clarke implicou, a ascensão da Nova Direita resultou de uma derrota política catastrófica da classe trabalhadora, e assim foi determinada não pelas exigências funcionais do capitalismo, mas pelo resultado da luta de classes. A primeira análise implicou que "temos que nos despedir de algumas concepções anacrônicas de política e luta de classes" (Hirsch, 1983, p. 87, abaixoⁱⁱ da p. 156); a segunda que temos que aprender as lições da derrota, recusar as formas que o capital e o Estado procuram impor à luta de classes, e nos concentrar "na construção e reconstrução da organização coletiva [...] para que as divisões dentro da classe trabalhadora e a fragmentação da experiência da classe trabalhadora possam ser quebradas através do desenvolvimento de um movimento unido" (p. 130, abaixo^{jj} da p. 230).

O artigo não aborda estas questões políticas diretamente, mas através de uma crítica metodológica e teórica da abordagem "estrutural-funcionalista" que dominou o debate de derivação do Estado^{kk}. O argumento metodológico central é que esta abordagem não consegue

ⁱⁱ(N.T.) Idem a nota do tradutor 't'.

^{jj}(N.T.) Idem a nota do tradutor 't'.

^{kk}Se o Estado tem apenas uma função essencial, ele só pode ser derivado em um nível de abstração. Assim, o debate original estava preocupado em identificar qual era a função essencial do Estado e, portanto, em que nível de abstração era apropriado analisar o Estado. Na Alemanha, a questão central era se o Estado deveria ser derivado da "essência" das relações sociais capitalistas de produção como forma de dominação de classe, ou se deveria ser derivado das formas superficiais dessas relações como relações de "Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham" (Marx, 1965, p. 176). Na Grã-Bretanha, o debate foi conduzido em termos althusserianos ainda mais estereis, perguntando se a teoria do Estado fazia parte da teoria dos "modos de produção" ou da teoria da "formação social". Este foi um tema central das críticas de Holloway e Picciotto na Conferência da CSE de 1977: Jessop, 1977; Essex CSE Group, 1977; Solomos, 1977; c.f. Fine e Harris, 1978, pp. 12-15.

distinguir diferentes níveis de abstração em sua análise do Estado, um fracasso que decorre imediatamente da tentativa de derivar a “essência” do Estado de sua necessidade funcional.

Assim que este tipo de essencialismo funcionalista é abandonado, torna-se possível distinguir entre diferentes níveis de abstração. Assim, por exemplo, não é mais necessário argumentar, como tende a acontecer no debate alemão, que o Estado é uma instituição especificamente capitalista. Algumas características do Estado podem ser reconhecidas como sendo comuns a todas as sociedades de classe, sem com isso comprometer o reconhecimento da especificidade da forma capitalista do Estado.

O argumento teórico central do trabalho é que "a característica essencial do Estado é seu caráter de classe; sua autonomia é a forma superficial de aparência de seu papel na luta de classes" (p. 115, abaixo^{II} da p. 186). Esta abordagem é então desenvolvida dispensando os vários argumentos apresentados em apoio à alegação de que a autonomia do Estado é sua característica essencial, e dispensando todas as tentativas de provar a necessidade lógica de um Estado, para concluir que a necessidade do Estado não é lógica, mas histórica, como resposta política da burguesia à ameaça da classe trabalhadora organizada. Entretanto, o argumento não propõe a substituição de uma forma de lógica por outra, um estrutural-funcionalismo por um classe-funcionalismo instrumentalista. O desenvolvimento histórico da forma capitalista do Estado tem que ser entendido não como um desdobramento lógico de estruturas, mas como um produto de uma luta de classes na qual a reprodução do Estado, como a reprodução de todas as outras relações sociais, é o objeto e o resultado de uma luta de classes permanente.

A razão fundamental para esta rejeição de qualquer tipo de estruturalismo, ou qualquer separação de “estruturas” da luta de classes, é que os fundamentos contraditórios do modo de produção capitalista implicam que estruturas permanentes de relações sociais não podem existir, pois não mais cedo as condições para a reprodução de tais

^{II}(N.T.) Idem a nota do tradutor 't'.

estruturas são criadas e depois destruídas pelo mesmo processo de reprodução, apenas para serem recriadas ou transformadas através do processo de luta de classes. A reprodução das relações sociais capitalistas "é um processo contraditório no sentido de que sua reprodução envolve a suspensão repetida de seus próprios fundamentos, razão pela qual a reprodução é necessariamente marcada pela luta de classes" (p. 119, abaixo^{mm} da p. 190). É somente no curso dessa luta que o Estado adquire, desenvolve, reproduz e transforma formas institucionais particulares e funções judiciais, administrativas, políticas, técnicas, sociais, ideológicas e econômicas particulares.

O resultado da luta de classes não é determinado nem limitado por nenhuma lei histórica ou estrutural. Mas isto não significa que o resultado da luta seja puramente contingente, dependente apenas da consciência, da vontade e da determinação das forças em confronto. Isto significa apenas que as restrições materiais da luta de classes não são externas a essa luta, mas são um objeto constante dessa luta. A separação dos trabalhadores dos meios de produção e subsistência, que é a condição para a exploração capitalista, e sua mobilização coletiva, que é a condição para o avanço da classe trabalhadora, não são pressupostos externos da luta de classes; eles são ao mesmo tempo o fundamento material e o objeto dessa luta. Da mesma forma, o caráter de classe do Estado não é uma característica estrutural inerente à sua forma capitalista, pois essa forma só se reproduz ou se transforma no curso da luta de classes. Assim, a teoria do Estado não pode se contentar com o estruturalismo da "análise de forma", mas tem que localizar a análise da forma e funções do Estado no contexto do desenvolvimento da luta de classesⁿⁿ.

^{mm}(N.T.) Idem a nota do tradutor 't.

ⁿⁿClarke mais tarde desenvolveu esta análise em Clarke, 1988a, que define a forma liberal do Estado capitalista em termos do papel regulador do dinheiro e da lei, que patrulha a fronteira entre o econômico e o político, encarnada na "independência" do Judiciário e do Banco Central. Ao manter esta separação mútua, a regra do dinheiro e da lei assegura a subordinação do Estado e da sociedade civil ao poder do capital. Para a forma liberal do Estado, a classe trabalhadora é o objeto do poder do Estado. O desenvolvimento histórico da forma capitalista do Estado é então analisado como uma resposta ao desenvolvimento da luta de classes, já que o Estado tenta canalizar essa luta para as novas formas políticas de "relações industriais", "representação eleitoral", "bem-estar social" e "política econômica". No entanto, a institucionalização da luta

O CAPITAL GLOBAL E O ESTADO-NAÇÃO

A forma particular da separação entre o econômico e o político é a característica determinante do Estado capitalista, mas esta separação fornece apenas uma garantia esbelta do caráter capitalista do Estado, pois parece que poderia ser facilmente superada por um governo socialista com vontade e determinação de "intervir" na economia, substituindo a lei do valor por uma regulamentação política consciente. Os limites da intervenção estatal não podem ser entendidos sem referência aos limites da forma nacional do Estado.

Nos primeiros debates do CSE sobre a internacionalização do capital e do Estado-nação, um argumento central era que o caráter global do capital representava um limite para o poder do Estado-nação. Em sua contribuição para o debate estatal, parte da qual foi reproduzida na coleção de Holloway e Picciotto, Claudia von Braunmühl argumentou com força que este não era um desenvolvimento moderno, mas que a forma nacional do Estado, dentro do contexto da acumulação global do capital e de um sistema estatal internacional, tinha sido uma característica essencial da forma estatal capitalista desde seu início. Ironicamente, Holloway e Picciotto trataram apenas muito brevemente da forma nacional do Estado capitalista no artigo aqui reimpresso, e o explicaram de forma um tanto lamentável em termos dos limites geográficos que "são o que resta depois que a troca dissolveu as unidades sociais baseadas na produção para uso" (Holloway e Picciotto, 1977, p. 87, abaixo da p. 111). Isto deixou seu argumento aberto às críticas que lhe foram dirigidas por Colin Barker no artigo aqui reimpresso (originalmente publicado em *Capital e Classe*, 4, 1978).

de classes nestas formas políticas alienadas é sempre provisória e é o objeto permanente da luta de classes, pois a luta de classes tende constantemente a transbordar as formas previstas para ela.

Barker argumenta que Holloway e Picciotto não levam em conta o fato de que o Estado não existe no singular, mas apenas na forma de um sistema de Estados-nação^{oo}. Este argumento tem implicações importantes.

A implicação imediata é que o Estado-nação não pode ficar acima do capital, uma vez que o capital é um fenômeno global. Isto significa que ele não pode ficar acima da lei do valor, para impor uma forma alternativa de regulamentação "política" à produção capitalista, como Hirsch (e Gough e Purdy, e, ambigualmente, até Fine e Harris) argumentam que pode, porque a lei do valor é imposta aos Estados-nação individuais, assim como é imposta aos capitalistas individuais, através da competição internacional. Assim, Barker argumenta que Holloway e Picciotto exageram a separação entre o econômico e o político ao atribuir ao Estado um grau de autonomia que ele não possui, e exageram na medida em que a regulamentação política pode substituir a lei do valor. São os limites da forma nacional do Estado que asseguram que as ações do Estado sejam confinadas dentro dos limites do capital, e que igualmente asseguram que o Estado não possa resolver as contradições inerentes à acumulação do capital. Isto não é meramente o efeito de uma restrição "econômica" externa, é inerente à própria forma do Estado como um Estado nacional.

Se não podemos traçar limites rígidos entre o "econômico" e o "político", quanto mais considerar tais limites como essenciais à forma capitalista do Estado, não há razão para seguir Hirsch (e Offe) ao acreditar que o crescimento da intervenção estatal na produção deve, por si só, precipitar uma crise do Estado, contradizendo a forma do Estado capitalista. Além disso, argumenta Barker, não há razão para que o Estado não possa ser identificado com o capital, pois o capital vem a ser organizado dentro das fronteiras nacionais pelo Estado-nação, assumindo a forma de capital estatal.

^{oo}A ênfase no sistema de Estados nacionais implica que não podemos estudar o estado em abstração de sua relação com outros Estados, e, portanto, em abstração de sua forma nacional. Como argumentou Braunmühl, "um sistema internacional não é a soma de muitos Estados, mas pelo contrário, o sistema internacional consiste de muitos Estados-nação" (Braunmühl, 1978, p. 162).

Não é necessário concordar com todo o argumento de Barker para reconhecer que seu questionamento da suposta *autonomia* do Estado é uma crítica poderosa a pelo menos parte do trabalho de Holloway e Picciotto, e em particular daqueles elementos de seu argumento que se baseiam na separação estruturalista de Hirsch entre o econômico e o político. A “fetichização” do político que resulta de tal visão estruturalista do Estado leva ao “politicismo” encontrado, por exemplo, na visão de Hirsch da luta de classes como uma expressão de contradições inerentes à forma do Estado, em vez de ver essas contradições como uma expressão de relações antagônicas de luta de classes, que são determinadas, em última instância, pelas contradições inerentes à subordinação da produção social à lei do valor. Por outro lado, os argumentos de Barker estão em total consonância com a insistência de Holloway e Picciotto de que o político e o econômico são formas fetichizadas de aparência das relações sociais capitalistas, sendo a autonomia do político não uma característica estrutural do modo de produção capitalista, mas uma ilusão que só se reproduz através da luta de classes.

A crítica de Barker é bastante mais duvidosa quando vai além de um questionamento da *autonomia* do Estado para questionar sua *especificidade*, o que parece estar implícito em sua identificação do Estado com capital como capital do Estado. Os argumentos substantivos contra esta abordagem já haviam sido ensaiados nas discussões anteriores sobre a internacionalização do capital e o Estado-nação nas quais o artigo de Holloway e Picciotto havia emergido originalmente, em que rapidamente ficou claro que a identificação do Estado com o capital tornava impossível compreender a relação contraditória entre a internacionalização do capital e o Estado-nação. O que Holloway e Picciotto procuraram fazer acima de tudo foi teorizar a relação entre o capital e o Estado como uma identidade ou uma autonomia, mas como a *unidade contraditória* de formas diferenciadas de poder capitalista.

Sol Picciotto voltou à questão da internacionalização do capital e do Estado-nação em uma série de trabalhos. O trabalho reproduzido nesta

coleção, anteriormente inédito, foi apresentado na Conferência do CSE de 1985, e reúne os resultados interinos deste trabalho, desenvolvendo a análise das contradições inerentes à forma liberal do Estado capitalista apresentada em seu trabalho anterior com John Holloway. Este artigo focaliza o problema da jurisdição do Estado-nação diante da internacionalização do capital. Tal problema é central para o desenvolvimento da forma nacional do Estado, uma vez que as reivindicações jurisdicionais de vários Estados-nação dentro do sistema internacional de Estados estão fadadas a se sobrepor e entrar em conflito umas com as outras.

O argumento central de Picciotto é que enquanto o Estado se limitava em grande parte a formas liberais de regulamentação, as relações interestatais poderiam se basear em acordos recíprocos entre Estados-nação sem comprometer a soberania nacional implícita em suas reivindicações de jurisdição exclusiva. Por outro lado, a crescente interpenetração do capital em escala mundial, e a intervenção cada vez mais direta do Estado, leva a uma crescente sobreposição e potencial conflito de jurisdições. Entretanto, argumenta Picciotto, as contradições resultantes não são, e não podem ser resolvidas pela substituição do Estado nacional por instituições estatais internacionais, funcionalmente adaptadas às necessidades do capital, nem pelo confinamento da acumulação dentro dos limites estabelecidos politicamente pela forma nacional do Estado.

Em seu trabalho original, Holloway e Picciotto argumentaram que a contradição entre a socialização das forças de produção e a apropriação privada do produto aparece na forma de uma contradição entre as intervenções substantivas exigidas pelo Estado e as formas liberais de intervenção jurídica e monetária à sua disposição, uma contradição que é suspensa essencialmente de forma *ad hoc*. Exatamente da mesma forma, a contradição entre as forças e as relações de produção aparece dentro do sistema estatal internacional como uma contradição entre forma e conteúdo que nunca pode ser resolvida, mas somente amenizada por

"tentativas periclitantes de remendar o sistema estatal internacional através de arranjos ad hoc do tipo mais informal". O fracasso em conseguir arranjos mais "racionais" não é simplesmente o resultado contingente de desacordos, ou de conflitos de interesse, mas das restrições contraditórias impostas ao sistema internacional de Estados pela forma social de produção capitalista.

LUTA DE CLASSES, NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

O debate teórico sobre o Estado havia mais ou menos desaparecido no final de 1977, não porque tivesse sido resolvido pela vitória clara de um ou outro lado, mas porque os pontos fundamentais de desacordo haviam sido identificados e esclarecidos, momento em que não havia nada mais a fazer do que concordar em divergir. Além disso, as prioridades do debate nunca tinham sido desenvolver a teoria por si mesma, mas para fins de esclarecimento político. A partir de 1977 o debate teórico passou para segundo plano na estratégia política, tendo cada abordagem do Estado suas próprias implicações políticas para a resposta socialista à crise. Enquanto neo-Ricardianos e fundamentalistas procuraram desenvolver suas estratégias de reformismo socialista centradas no Estado, outros procuraram explorar as implicações políticas da relação contraditória entre a classe trabalhadora e o Estado que havia sido trazida à tona no debate alemão.

A exploração da relação contraditória entre a classe trabalhadora e o Estado social foi o tema central do trabalho de vários grupos de trabalho do CSE no final dos anos 1970, baseando-se particularmente na análise teórica do Estado proposta por Holloway e Picciotto^{PP}. Este trabalho tendeu a ter um enfoque muito concreto, envolvendo estudos de casos e pesquisas empíricas detalhadas que tentaram se relacionar o mais próximo possível da experiência cotidiana das pessoas com o Estado. Este foco foi em parte

^{PP}O Grupo de Trabalho sobre Integração Europeia continuou a se reunir ocasionalmente, mas os grupos mais ativos em nível nacional foram o "Grupo Jurídico e Estatal" e o "Grupo de Aparelhos e Despesas Estatais", enquanto os grupos locais mais ativos estavam em Londres e Edimburgo.

uma reação contra o que foi sentido como sendo a teorização excessivamente abstrata do debate de derivação do Estado, mas também refletia a prioridade política concedida à política de base e à mobilização popular "dentro e contra o Estado", que se tornou um foco primário da luta de classes na segunda metade dos anos 1970.

Este enfoque teórico e político não ditava uma análise teórica e uma estratégia política particulares. Em particular, dentro desta estrutura permaneceu uma diferença teórica fundamental, que não foi claramente resolvida na época, entre o funcionalismo estrutural representado pela abordagem de Hirsch ao Estado (e, de forma menos sofisticada, por Poulantzas e seus seguidores) e o foco na luta de classes que marcou a abordagem desenvolvida dentro da CSE.

A diferença política entre estas duas abordagens pode ser melhor vista em suas diferentes análises da relação entre a classe trabalhadora e o Estado. Para o relato estrutural-funcionalista de Hirsch (e mais amplamente tanto para a escola de Frankfurt quanto para os teóricos da regulamentação francesa), a classe trabalhadora foi incorporada à estrutura do "Estado de segurança fordista" através dos "aparatos de integração em massa" dos sindicatos e partidos social-democratas, de modo que a "luta de classes" é deslocada para os estratos marginalizados e para os "novos movimentos sociais" cujas aspirações não podem ser satisfeitas pelas formas tradicionais de política de classes. Esta análise teve implicações políticas ambíguas. Os novos movimentos sociais foram a versão moderna da vanguarda de Lenin, forjando uma aliança com os marginalizados, excluídos e despossuídos a fim de liderar a luta de libertação em nome de toda a humanidade. Entretanto, como ficou claro que a massa da humanidade não estava seguindo a liderança da vanguarda, apesar do aprofundamento da crise do Estado-Providência Keynesiano, as divisões se abriram na política dos novos movimentos sociais nos anos 80. A esquerda, cujo foco era a situação dos estratos marginalizados cujas necessidades materiais não eram atendidas pela política de classes tradicional, tendeu a adotar um pluralismo populista,

procurando revigorar a social-democracia abandonando sua base de classe para construir uma frente popular em torno de um programa humanitário minimalista. Enquanto isso, a direita, cujo foco eram as aspirações dos rebeldes contra as formas burocráticas e autoritárias do Estado-Providência Keynesiano, avançou para um libertarismo populista e antiestatista.

Para o relato da "luta de classes" proposto pelos jornais neste volume, a classe trabalhadora organizada não poderia ser tão facilmente eliminada. A classe trabalhadora tem uma relação contraditória com o "Estado de bem-estar". Por um lado, a mobilização política da classe trabalhadora força o Estado a responder a suas aspirações materiais. Por outro lado, o "*Welfare-state*" nunca poderá atender às necessidades da classe trabalhadora porque, por mais generosos que sejam os benefícios de bem-estar oferecidos, por mais altos que sejam os níveis de salários obtidos, tal provisão permanece condicionada à subordinação da classe trabalhadora às formas alienadas de trabalho assalariado e do Estado capitalista. Em vez de dividir a classe trabalhadora em duas categorias mutuamente exclusivas, a "incorporada" e a "marginalizada", cada trabalhador individual e cada seção da classe trabalhadora desfruta de uma relação contraditória com o Estado capitalista. Enquanto os benefícios substanciais oferecidos atraem a classe trabalhadora para uma relação positiva com o Estado, a forma pela qual tais benefícios são fornecidos garante que essa relação seja sempre antagônica. Esta é a contradição central do Estado de bem-estar, que se reflete nas formas de luta de classes características do Estado de bem-estar moderno. A divisão entre absorção e luta contra o Estado, entre a luta pelo *conteúdo* e a luta pela *forma* de provisão coletiva, não é uma divisão entre duas seções da classe trabalhadora, é uma divisão que marca a relação de cada trabalhador e grupo de trabalhadores com o Estado, de modo que toda luta é uma luta "dentro e contra o Estado".

A implicação desta análise é que a luta sobre a forma do Estado não pode ser dissociada da luta sobre o conteúdo da atividade estatal. A

prioridade política não é rejeitar a política de classes tradicional como reformista, em favor de uma absorção na política dos "novos movimentos sociais", mas desenvolver o potencial progressivo inerente a todas as formas de luta de classes, desenvolvendo novas formas de política de classes que poderiam desafiar as formas alienadas do poder capitalista. A necessidade é integrar conteúdo e forma, lutas dentro e contra o Estado, construindo sobre aspirações populares e frustrações populares para criar novas formas de organização de classe e novas formas de luta de classe. A tarefa não é rejeitar a política de classe, mas ampliá-la. As antigas formas de organização simplesmente não se adaptaram às novas circunstâncias – não que elas tenham dado expressão adequada à raiva de muitos grupos. São necessárias novas formas de luta que respondam às necessidades de *todos os envolvidos*, tanto em termos de formas apropriadas de organização quanto de definição daquilo pelo qual estamos lutando" (London-Edinburgh Weekend Return Group, 1980, p. 141).

Essas diferenças teóricas e políticas não eram imediatamente aparentes porque havia muito terreno comum entre as duas abordagens nos anos 1970, como o crescimento da repressão estatal, a "racionalização" do aparelho estatal e os cortes nas despesas públicas, lutas geradas dentro e contra o Estado que jogaram juntos os "fragmentos" dos marginalizados, dos despossuídos, dos "novos movimentos sociais" e das fileiras da classe trabalhadora organizada. Estas lutas não podiam ser acomodadas pelas formas tradicionais de classe e organização política, nem podiam ser entendidas em termos de teorias políticas tradicionais. Este foi o contexto no qual os conhecimentos teóricos sobre a forma do Estado capitalista desenvolvidos em meados dos anos 1970 começaram a ser aplicados mais concretamente ao problema da relação entre a classe trabalhadora e o Estado social.

DENTRO E CONTRA O ESTADO

O trabalho mais estimulante e provocativo sobre a relação entre a classe trabalhadora e o Estado social foi o iniciado pelo grupo CSE de

Edimburgo, que começou a trabalhar em 1976, e que foi ampliado para o “*London-Edinburgh Weekend Return Group*” em 1978, ambos alimentados para discussões mais amplas do CSE através do grupo de trabalho “*State Expenditure and State Apparatus*” e através da Conferência anual do CSE. Estes grupos produziram uma série de trabalhos para as Conferências anuais do CSE que culminaram no importante livro “*In and Against the State*”, produzido pelo grupo *London-Edinburgh*, e “*Struggle over the State*”, produzido pelo grupo *State Expenditure*.

O contexto político em que este trabalho foi produzido foi o da adoção de políticas monetaristas cada vez mais rigorosas pelo governo trabalhista, incluindo grandes cortes nos gastos públicos e uma série de iniciativas para reestruturar diferentes ramos do aparato estatal no interesse da “eficiência”. Essas políticas levantaram um problema fundamental para a esquerda: até que ponto a esquerda deveria responder aos cortes nos gastos públicos e à reestruturação do aparato estatal, defendendo o status quo, e até que ponto deveria responder propondo alternativas radicais às formas existentes de provisão estatal?

Todo o impulso da crítica da social-democracia desenvolvida na primeira metade dos anos 1970 foi que o Estado social era um meio pelo qual o Estado procurava desarmar a luta de classes. Não se tratava simplesmente de fazer concessões materiais à classe trabalhadora, mas do preço exato por tais concessões. Enquanto o Estado de bem-estar proporcionava algumas das necessidades materiais da classe trabalhadora, ele o fazia em formas que serviam para fragmentar, dividir, desmobilizar e desmoralizar a classe trabalhadora, corroendo a força coletiva da classe trabalhadora, e assim minando as tentativas da classe trabalhadora de resistir à contra-ofensiva lançada pelo capital e pelo Estado. Nesta perspectiva, reformas sociais, como as realizadas pela classe trabalhadora após a vitória dos mineiros em 1974, representaram tanto uma vitória quanto uma derrota, “uma vitória no conteúdo, mas uma derrota na forma que canalizou a ação da classe trabalhadora de volta às formas burguesas e assim forneceu as condições essenciais das derrotas

materiais do período subsequente" (Edinburgh CSE Cuts Group, 1978, p. 33.4). A mobilização de classes de 1974, que havia extraído reformas tão substanciais, foi rapidamente desmobilizada, de modo que em 1976 o Estado foi capaz não apenas de reverter as concessões materiais feitas, mas também de "reestruturar a atividade estatal de modo a relacioná-la mais estreitamente com o que, como mediado pela luta de classes em suas formas sócio-políticas, é visto como as exigências da acumulação do capital" (Edinburgh CSE Group, 1977, p. 11).

A conclusão política que o grupo de Edimburgo tirou de sua análise foi que a *forma* do Estado, e não o conteúdo da política estatal, deveria ser o foco principal da política socialista, de modo a construir uma base na organização coletiva sobre a qual tanto resistir ao poder do capital e do Estado como desenvolver alternativas socialistas. A impossibilidade do projeto reformista de "alcançar o socialismo através da reestruturação gradual do capitalismo" não implica que a classe trabalhadora seja indiferente à forma de reestruturação, porém o critério de avaliação de tal reestruturação não deveria ser seus benefícios imediatos aparentes, mas a medida em que ela ajuda "a estabelecer as condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo". Isto implicava que a classe trabalhadora não deveria se engajar em uma luta fútil para defender o status quo contra a ameaça de cortes e reestruturações, mas deveria procurar "forçar o Estado na direção de uma reestruturação nos termos mais favoráveis à classe trabalhadora, no sentido de estabelecer um terreno para a luta de classes que maximize as oportunidades para a classe trabalhadora se preparar, organizacional e ideologicamente, para a tomada final do poder do Estado" (Edinburgh CSE Group, 1977, pp. 41, 37).

Os cortes nos gastos com o bem-estar provocaram uma crescente resistência coletiva que começou a superar a fragmentação e divisão da classe trabalhadora, levantando a possibilidade de construir novas formas de organização política e desenvolver novas formas de provisão coletiva sob controle coletivo. Entretanto, estas lutas não podiam envolver simplesmente a defesa da autonomia da classe trabalhadora contra a

invasão do Estado, construindo até o momento revolucionário em que a organização coletiva da classe trabalhadora está pronta para derrubar o Estado. Eles tinham que se envolver com o Estado, para extrair concessões do Estado, sem aceitar as formas que o Estado procurava lhes impor. O problema é organizar sem institucionalizar [...] não com base em indivíduos, mas de classe" (London-Edinburgh Weekend Return Group, 1979, p. 212). Assim, a luta de classes "ocorre constantemente dentro da estrutura do aparelho estatal estabelecido" (Edinburgh CSE Cuts Group, 1978, p. 1). A luta de classes é necessariamente uma luta *dentro e contra o Estado*.

A possibilidade de tal luta "dentro e contra" o Estado depende da capacidade de abrir um "espaço de oposição [...] que os socialistas que trabalham dentro ou através do Estado devem constantemente procurar explorar e expandir" para desenvolver "formas de organização que, em oposição ao capitalismo, prefigurariam ao mesmo tempo o socialismo" (Edinburgh CSE Cuts Group, 1978, p. 2) Esta estratégia se distingue fortemente da tentativa de "*ganhar espaço gerencial* na esperança de administrar os recursos do Estado de maneira favorável à classe trabalhadora" (London-Edinburgh Weekend Return Group, 1979, p. 212). Este último pode ter sucesso em seus próprios termos, mas ao custo de confinar a classe trabalhadora dentro da "atomização e exclusão" da forma burguesa do Estado. O espaço oposto, por outro lado, estava localizado em uma "constante disjunção" entre "o Estado como forma burguesa de relações sociais e o aparato estatal como instituição" (Edinburgh CSE Cuts Group, 1978, pp. 1-2).

O ESTADO E A LUTA COTIDIANA

Apesar do populismo anti-intelectualista de sua introdução, o documento final desta coleção, "O Estado e a Luta Cotidiana" de John Holloway, procurou reunir os conhecimentos teóricos obtidos através do trabalho do final dos anos 1970⁹⁹. O artigo começa resumindo os pontos

⁹⁹Uma versão anterior do artigo foi publicada por Holloway em 1979. Esta versão só foi publicada anteriormente em espanhol em *Cuadernos Políticos*, México, 24, 1980.

fortes da abordagem da "derivação do Estado" alemã, e defendendo-a contra aqueles que a interpretaram mal como um "reducionismo econômico", ou preocupados apenas com o papel econômico do Estado. Em seguida, identifica a importância fundamental do conceito de "forma". A crítica de Marx à economia política procurou estabelecer que as categorias econômicas expressavam a independência superficial das formas fragmentadas nas quais as relações sociais capitalistas são expressas na experiência cotidiana. A tarefa teórica e prática do socialismo é superar, tanto intelectual como politicamente, essa fragmentação e fetichização das relações sociais, para restaurar sua unidade essencial.

Este é o significado dos "novos movimentos sociais" dos anos 1970. Estes movimentos não expressam a revolta dos marginalizados e excluídos, embora tais estratos possam estar na vanguarda das lutas, tanto quanto não expressam uma crescente recusa em aceitar a fragmentação fetichista da existência social imposta pelas formas burguesas e, no seu melhor, a tentativa de desenvolver novas formas de luta que prefiguram novas formas de existência social.

A reprodução das relações sociais capitalistas de produção só é alcançada através de uma luta de classes na qual sua reprodução está sempre em dúvida. Neste sentido, as relações sociais capitalistas de produção nunca podem ser vistas como uma *estrutura*, mas apenas como um *processo* permanente de crise e reestruturação. Assim, Holloway argumenta que a reprodução capitalista só é alcançada através do "processamento de formas" da atividade social.

O momento básico da forma estatal é identificado com a generalização da produção de mercadorias, a separação das relações econômicas e políticas (ou, mais precisamente, a constituição de formas complementares das relações sociais de produção como políticas e econômicas), seguindo-se a constituição de seres sociais como proprietários individuais e cidadãos. Não há nada de natural nestas formas de individualidade. Apesar das afirmações da ideologia burguesa em contrário, elas não expressam nenhuma propriedade biológica ou

psicológica do indivíduo. Elas são construídas socialmente e são, como as relações sociais em que estão inseridas, objeto de luta de classes. Correspondentemente, embora a “individualização” possa ser o momento básico da forma estatal, os modos específicos de tal individualização mudam, como resultado da mudança das formas de relações sociais no curso do desenvolvimento histórico da luta de classes e, em particular, da forma do Estado.

Juntamente com esta tendência à individualização, a atividade do Estado – e o crescimento da intervenção estatal – coloca o Estado em contato com pessoas não como indivíduos abstratos, mas como membros de classes sociais. No entanto, esta relação não aparece imediatamente como tal, mas aparece como uma relação com indivíduos como “proprietários de diferentes fontes de renda”, como proprietários individuais de mercadorias cuja identidade social é definida pelas propriedades físicas ou funcionais da mercadoria que possuem: “terra”, “trabalho”, “dinheiro”, “capital”, “indústria”. Assim, as “mudanças nos modos de coletivização” não se opõem ao processo de individualização. A individualização e a coletivização são os dois lados da luta para decompor e recompor as relações de classe. Seria igualmente errado ver um aspecto desta luta como econômico e o outro como político, pois a luta pela decomposição e recomposição do trabalhador coletivo é inevitável e inseparavelmente tanto uma luta econômica quanto uma luta política.

Holloway continua a distinguir entre os processos “externos” e “internos” de constituição das formas burguesas de relações sociais, a imposição de formas burguesas à sociedade além do aparato estatal dependendo da manutenção das relações burguesas dentro desse aparato. Essas relações internas são definidas pelo controle burocrático, que é reforçado pela fragmentação das relações dentro do aparelho estatal, que por sua vez interage com a fragmentação das relações sociais na sociedade mais ampla, de modo que o aparelho estatal reproduz e reforça a fragmentação da existência social, lidando com o indivíduo não como um ser social concreto, mas de forma variada como cidadão, inquilino,

reclamante da assistência social, eleitor, motorista, pedestre, produtor, consumidor, contribuinte etc.

Holloway , tendo enfatizado a visão da crise como uma crise das relações sociais que leva a uma luta tanto pela reestruturação do Estado quanto pelas relações de produção imediata, chega à distinção entre forma de Estado e aparato estatal. Embora a distinção seja central na análise de Holloway sobre a luta de classes "dentro e contra o Estado", não é mais clara neste artigo do que em escritos anteriores. O problema é se é realmente possível distinguir o aparato de sua forma, particularmente quando tal distinção parece voar diante da insistência de Holloway na *inseparabilidade* da forma e do conteúdo".

Holloway insiste em não cair novamente na ideia do aparato estatal como um instrumento neutro, cujo caráter de classe é determinado pela luta de classes, mas distingue claramente o aparato estatal, definido como a "rede institucional de controles financeiros e administrativos", do Estado como uma "forma de relações sociais capitalistas", o que implicaria que o aparato não é em si mesmo capitalista. A confusão só é aumentada pela recaída de Holloway no estruturalismo, ao definir o aparato estatal como "o fóssil institucional das lutas passadas para reproduzir formas burguesas"^{ss}.

Esta questão é politicamente extremamente importante, pois leva à conclusão bizarra de que "esmagar o Estado como aparelho é sem dúvida uma condição essencial para completar a revolução, mas mais relevante para nossas lutas diárias agora é a questão de quebrar o Estado como forma" (London-Edinburgh Weekend Return Group, 1979, p. 212), como se o aparelho estatal burguês pudesse, de alguma forma, receber uma forma socialista.

A fonte desta confusão é a falha em fornecer uma análise clara da relação entre as lutas internas e as lutas contra o Estado. O argumento de

^rHolloway também distingue claramente a análise da forma do Estado da forma de suas funções. Entretanto, sem algum tipo de referência às "funções" do Estado parece não haver nenhuma forma de teorizar a forma do Estado como forma de relação de capital, nem há forma de analisar a relação entre o Estado e o indivíduo como uma forma fetichizada de relações de classe capitalistas.

^{ss}Holloway só evita a questão voltando ao seu anti-teoricismo populista (abaixo da p. 229) precisamente no ponto em que o esclarecimento teórico é politicamente essencial.

que o "espaço oposicionista" dentro do qual é possível lutar "dentro e contra o Estado" é inerente à lacuna entre a forma estatal e o aparato estatal implica que há sempre espaço dentro do qual os trabalhadores estatais e os grupos marginais podem manobrar. Isto acarreta o sério risco de "substitucionismo", no qual os trabalhadores do Estado procuram usar sua posição oficial para lutar em nome de seus clientes, e facilmente leva de volta a uma análise "de Frankfurt" do Estado e da política dos "novos movimentos sociais", que são capazes, apesar de seu isolamento e falta de poder, de explorar o "espaço oposicionista" inerente às irracionalidades do Estado. Por outro lado, a abordagem da luta de classes, que Holloway de outra forma abraça, implica que o espaço oposicionista não é inerente ao Estado, mas é criado apenas pelo desafio tanto à forma como ao aparato do Estado apresentado pelas lutas coletivas dentro e contra o Estado. Isto implica uma análise política bastante diferente, na qual os trabalhadores do Estado derivam um "espaço oposicionista" não de sua posição oficial, mas apenas lutando coletivamente como trabalhadores do Estado, construindo laços com aqueles que lutam contra o Estado, e generalizando tais lutas em uma base de classe, conectando as lutas de classe sobre "reprodução" com as lutas de classe sobre produção.

Esta ambiguidade teórica era tanto um reflexo de fraqueza política quanto de confusão teórica. As novas formas de luta de classes que se desenvolveram durante os anos 1970 eram generalizadas, mas eram fragmentadas e episódicas, carecendo de força política e recursos materiais para transformar as formas existentes de organização sindical e política da classe trabalhadora, ou para construir novas formas de organização autônoma. A prioridade política urgente era avançar a luta "além dos fragmentos" através da construção de tal organização, mas a tentação permanente era tomar atalhos, explorar oportunidades imediatas de avanço a curto prazo, sem considerar as implicações a longo prazo de tais táticas fragmentárias e oportunistas.

O fracasso em abordar esta questão provou claramente uma fraqueza política crítica da esquerda, já que o governo conservador, eleito

em 1979, procurou sistematicamente fechar o espaço oposicionista dentro do Estado, colocando a atividade dos trabalhadores do Estado sob supervisão e controle financeiro e administrativo cada vez mais próximos, fragmentando, desviando e reprimindo as lutas contra o Estado, e forçando a abertura de um abismo entre as lutas sindicais e as lutas políticas, assim fragmentando e isolando as lutas umas das outras, dispersando, se não totalmente destruindo, a base política difusa que tinham construído durante os anos 1970.

A eleição do governo conservador em 1979 trouxe imediatamente à tona as fraquezas das novas formas de luta "dentro e contra o Estado", deixando claro até que ponto a possibilidade de lutas no Estado dependia da força da organização autônoma da classe trabalhadora. Isto se refletiu nas duas edições do *"In and Against the State"*. Na primeira edição, a ênfase implícita foi no espaço oposto disponível para os trabalhadores do Estado em suas capacidades profissionais. A eleição de 1979 trouxe imediatamente à tona até que ponto a disponibilidade deste espaço era um fenômeno historicamente específico, intimamente ligado ao Estado da luta de classes mais ampla, e as limitações que tal luta impunha a uma administração trabalhista nacional ou local em particular. No Postscript para a segunda edição escrita em agosto de 1979, a ênfase havia mudado adequadamente, e a primazia foi dada muito claramente às lutas contra o Estado. O grupo Londres-Edimburgo enfatizou os perigos do substitucionismo, argumentando que "o que precisamos desenvolver são formas de organização que rompam a separação dos trabalhadores estatais das lutas sociais, e formas de organização que expressem, não simplesmente através de vínculos institucionais, mas através de sua conceituação da inter-relação do trabalho útil, a natureza de classe dos conflitos seccionais" (London-Edinburgh Weekend Return Group, 1979, p. 212). "A única prática socialista realista é a de construir uma cultura de oposição [...] infusão de todos os aspectos da vida cotidiana [...] com práticas opostas" (London-Edinburgh Weekend Return Group, 1980, p. 132).

A prioridade dada à luta contra o Estado foi reforçada por uma crítica às tentativas de desenvolver lutas autônomas dentro do Estado. A concessão e a incorporação têm ressequido constantemente a base do poder de classe e da organização, de modo que quando indivíduos e políticas foram atacados não houve defesa: “um período de força e militância da classe trabalhadora é seguido por um período de concessão e incorporação. Era uma estratégia arriscada e cara para o capital e tornava necessário um novo ataque. Mas também lançou as bases para esse assalto – porque quando chegou, as organizações da classe trabalhadora não estavam mais enraizadas na força real”. O trabalhismo havia apenas preparado o caminho para o Thatcherismo, cujo triunfo mostrou que “a busca do poder, conquistando posições de influência para a classe trabalhadora dentro dos termos da forma estatal de relações sociais, está equivocada”. Esta crítica se aplica tanto aos reformistas de esquerda quanto aos de direita: “Muitas vezes até mesmo os conselheiros trabalhistas de esquerda vêm a batalha como ocorrendo dentro da câmara do conselho e não nas escolas e nos conjuntos habitacionais”, deixando-os identificados com o aparato e, portanto, com as políticas e práticas do Estado. Em conclusão, o Grupo perguntou: “Quando a crise chegar, quando os comissários de Whitehall se mudarem para lidar com o excesso de despesas, as pessoas nessas áreas se unirão para proteger os conselhos que defenderam ‘seus’ serviços? Esperamos que sim, mas tememos que não” (London-Edinburgh Weekend Return Group, 1980, pp. 137-140).

ALÉM DOS FRAGMENTOS: A RECOMPOSIÇÃO DE CLASSE

As ideias desenvolvidas neste volume não foram de forma alguma originais para os autores dos trabalhos aqui coletados, por mais heréticas que possam parecer em relação às ortodoxias acadêmicas. Eram ideias comuns à experiência de um movimento político e intelectual que floresceu na segunda metade dos anos 1970, e que informaram muitas das tentativas de construir uma política socialista de resistência à ofensiva capitalista dos anos 1980, uma política que se concentrava particularmente nas lutas

locais, e que muitas vezes buscava aproveitar os recursos do Estado local. Essas tentativas haviam sido derrotadas em grande parte em meados dos anos 1980, mas isso não significa que as lutas tenham sido política ou teoricamente mal orientadas. A história julga os perdedores com dureza. Enquanto isso, aqueles que ficaram à margem se congratulam por seu desinteresse de uma luta que estava fadada a perder, sem considerar que a derrota foi tanto quanto qualquer coisa o resultado de sua própria retirada da luta em nome da inevitabilidade histórica do "novo Realismo".

Este não é o lugar para conduzir uma autópsia sobre a política socialista dos anos 1980, embora tal post-mortem já esteja muito atrasada. Certamente, muitos erros foram cometidos e muitas ilusões se desfizeram. Em retrospectiva, pode muito bem ser que a fragmentação e o isolamento da resistência socialista significassem que a derrota era inevitável, e até mesmo que, após um certo ponto, era "lunático" perseverar com formas de luta cujos fundamentos tinham sido cortados. É bem possível que a nova esquerda socialista carregue grande parte da responsabilidade por esta fragmentação e isolamento ao não levar suficientemente a sério a tarefa que se propôs de construir um movimento que pudesse avançar "além dos fragmentos" (Rowbotham, Segal e Wainwright, 1980); que pudesse integrar lutas sobre "forma" e lutas sobre "conteúdo"; que poderia "recompôr" as forças fragmentadas de resistência sobre uma fundação de classe; que poderia integrar lutas "dentro e contra" o Estado; que poderia desenvolver uma "cultura de oposição" que forneceria uma visão socialista; que poderia "prefigurar" formas sociais e políticas socialistas em sua própria prática e projetos. Mas a esquerda não poderia escolher o terreno sobre o qual lutou. A crescente pressão da ofensiva capitalista significava que era necessário tomar atalhos políticos e teóricos para montar resistência imediata aos cortes e reestruturações, à perda de empregos, aos fechamentos, à intensificação e degradação do trabalho. A derrota, por mais abrangente que fosse, não implica necessariamente que o projeto tenha sido mal orientado.

A direita certamente compreendeu a ameaça das novas formas de luta de classes que haviam surgido nos anos 1970. A política de lutas "dentro e contra" o Estado desenvolveu-se através de uma crítica prática e teórica da política reformadora e revolucionária ortodoxa dos partidos trabalhistas e comunistas, para quem tais lutas populares representavam uma ameaça muito mais séria do que a suposta inimiga de classe. Em nome do socialismo de Estado, a liderança oficial da classe trabalhadora na Grã-Bretanha defendeu as instituições do Estado capitalista contra a crescente resistência da classe trabalhadora, culminando no "inverno do descontentamento" em 1978-9, mas ao fazê-lo apenas se desacreditou, de modo que no final dos anos 1970 era um tigre de papel, que Thatcher podia escamotear desprezivelmente. Thatcher sabia que o principal desafio a seu projeto não estava no Partido Trabalhista, nem na liderança sindical burocrática, que ela imediatamente varreu do palco político, mas na resistência popular que seria provocada por um ataque frontal às indubitáveis conquistas de um século de luta da classe trabalhadora. Assim, a chave da ofensiva Thatcherista foi a decomposição das relações de classe pela imposição rigorosa das formas individualizadoras de dinheiro e da lei, e sua recomposição com base nas categorias de proprietário e cidadão, uma ofensiva que se tornou global em seu alcance ao longo dos anos 1980, quando até mesmo o Estado soviético se volta para o "monetarismo" e o "mercado" para resolver suas dificuldades políticas.

O colapso do socialismo realmente existente não deve ocultar os limites do capitalismo. À medida que o capitalismo em escala mundial começa a entrar novamente em uma fase de crise, e a luta de classes começa a levantar sua cabeça feia face descontente, as questões colocadas à esquerda nos anos 1970 voltarão a se apresentar cada vez mais. Mas elas se apresentarão de uma forma mais abrangente e mais aguda. A globalização do capital avançou a um grau sem precedentes, enquanto a crise do Estado se estendeu ao bloco soviético, de modo que as questões políticas enfrentadas pela esquerda só podem ser abordadas em escala global. Mas será que a esquerda vai simplesmente envolver a

reforma social na retórica do socialismo, enquanto reforça as formas alienadas de relações econômicas e políticas, para reproduzir a fragmentação e divisão da classe trabalhadora diante do poder do capital e do Estado? Ou será que vai aceitar o desafio de construir um movimento socialista, baseado nos princípios da auto-organização democrática, da solidariedade e do internacionalismo, que pode prefigurar uma nova forma de sociedade?

REFERÊNCIAS

Afansyev, L. et al. (1974) *The Political Economy of Capitalism*, Progress Publishers, Moscow.

Anderson, P. (1964) 'Origins of the Present Crisis', *New Left Review*, 23.

Backhaus, H.-G. (1969) 'Zur Dialektik der Wertform', in A. Schmidt, ed., *Beiträge zur marxistischen Erkenntnistheorie*, Suhrkamp, Frankfurt.

Backhaus, H.-G. (1974-8) 'Materialien zur Rekonstruktion der Marxschen Werttheorie', *Gesellschaft*, Frankfurt, 1, 1974; 2, 1975; 11, 1978.

Benington, J. (1974) 'Local Government Becomes Big Business', Coventry CDP, "mimeo, January 1974.

Blanke, B., Jürgens U. e Kastendiek, H. (1978) 'On the Current Marxist Discussion on the Analysis of Form and Function of the Bourgeois State', in Holloway and Picciotto, 1978.

Bonefeld, W. (1987) 'Reformulation of State Theory', *Capital and Class*, 33, pp. 96-128, reprinted in Bonefeld e Holloway, forthcoming.

Braunmühl, C. von (1978) 'On the Analysis of the Nation State within the World Market Context' em Holloway e Picciotto, 1978 (Revised Version of Braunmühl, 1974).

Braverman, H. (1974) *Labour and Monopoly Capital*, Monthly Review Press, New York.

Bullock, P. and Yaffe, D. (1975) 'Inflation, the Crisis and the Post-War Boom', *Revolutionary Communist*, 3/4.

Clarke, S. (1977) 'Marxism, Sociology and Poulantzas' Theory of the State', *Capital and Class*, 2, pp. 1-31.

Clarke, S. (1980) 'The Value of Value', *Capital and Class*, 10, pp. 1-17.

Clarke, S. (1988a) *Keynesianism, Monetarism and the Crisis of the State*, Edward Elgar, Aldershot; Gower, Vermont.

Clarke, S. (1988b) 'Overaccumulation, Class Struggle and the Regulation Approach', *Capital and Class*, 36, 1988, pp. 59-92.

Cockburn, C. (1977) *The Local State*, Pluto, London.

CSE Political Economy of Housing Workshop (1975) *Political Economy and the Housing Question*, CSE Housing Group.

CSE State Apparatus and State Expenditure Group (1979) *Struggle Over the State: Cuts and Restructuring in Contemporary Britain*, CSE Books, London.

CSE/Stage One (1976) *The Labour Process and Class Strategies*, CSE/Stage One, London.

Edinburgh CSE Cuts Group (1978) I. 'State Form and State Apparatus'; II. 'The Cuts and the Crisis of the State Form', III. 'State, Crisis and Transport', IV. 'The Crisis of the State and the Struggle against Bourgeois Forms', *CSE Conference Papers*, 1978.

Edinburgh CSE Group (1977) 'State, Restructuring, Local State', *CSE Conference Papers 1977*.

Elson, D. (1979a) *Value*, CSE Books, London; Humanities, Nova Jersey.

Elson, D. (1979b) 'Which Way "Out of the Ghetto"', *Capital and Class*, 9, pp. 97-117.

Essex CSE Group, (1977) 'Capital Accumulation, Class Struggle and the Nation State', *CSE Conference Papers 1977*.

Fine, B. and Harris, L. (1976a) 'State Expenditure in Advanced Capitalism: A Critique', *New Left Review*, 98, pp. 97-112.

Fine, B. and Harris, L. (1979) *Rereading Capital*, Macmillan, London.

- Gerstenberger, H. (1977) 'Fetish and Control', *CSE Conference Papers* 1977.
- Gerstenberger, H. (1978) 'Class Conflict, Competition and State Functions', in Holloway and Picciotto, 1978.
- Gorz, A. ed., (1976) *The Division of Labour*, Harvester, Brighton.
- Gough, I. (1975a) 'Review of *The Fiscal Crisis of the State*', *Bulletin of the CSE*, IV, 2, (11), June.
- Gough, I. (1975b) 'State Expenditure in Advanced Capitalism', *New Left Review*, 92, pp. 53-92.
- Gough, I. (1979) *The Political Economy of the Welfare State*, Macmillan, London.
- Guttmann, R. (1977) 'On Structural Determinism and the Division Between Politics and Economics', mimeo, 1977.
- Habermas, J. (1973) *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*, Suhrkamp, Frankfurt. Translated as *Legitimation Crisis*, Heinemann, London, 1976.
- Harris, L. (1976) 'State Monopoly Capitalism and the Capitalist Mode of Production', mimeo, CSE Theory of the State Group.
- Hirsch, J. (1978a) 'The State Apparatus and Social Reproduction: Elements of a Theory of the Bourgeois State', in Holloway and Picciotto, 1978.
- Hirsch, J. (1983) 'The Fordist Security State and New Social Movements', *Kapitalstate*, 10/11.
- Hirsch, J. (1984) 'Notes towards a reformulation of state theory', mimeo, Athens, 1984.
- Holloway, J. (1976) 'Some Issues Raised by Marxist Analyses of European Integration', *Bulletin of the CSE*, V, 1, 13, March.
- Holloway, J. (1988) 'The Great Bear, Post-Fordism and Class Struggle', *Capital and Class*, 36, pp. 93-104, reprinted in Bonefeld and Holloway, forthcoming.
- Holloway, J. and Picciotto, S. (1976a) 'A Note on the Theory of the State: In reply to Ian Gough', *Bulletin of the CSE*, V, 2, 14, October.

Holloway, J. and Picciotto, S. (1976b) 'The Crisis of Capital, the Crisis of the State and European Integration', mimeo, January, revised and extended version March 1976.

Holloway, J. and Picciotto, S. (1977) 'Capital, Crisis and the State', *Capital and Class*, 2.

Holloway, J. and Picciotto, S., eds (1978) *State and Capital: A Marxist Debate*, London, Edward Arnold.

Holloway, J. and Picciotto, S. (1980) 'Capital, the State and European Integration', *Research in Political Economy*, 3, pp. 123-154 (a further revised version of 1976b).

Jessop, B. (1977) 'The Relative Autonomy of the State', *CSE Conference Papers 1977*.

Jessop, B. (1982) *The Capitalist State*, Martin Robertson, Oxford.

Jessop, B. (1983) 'Accumulation Strategies, State Forms and Hegemonic Projects', *Kapitalistate*, 10/11, pp. 89-111.

Jessop, B. (1988) 'Regulation Theory, Post-Fordism and the State', *Capital and Class*, 34, pp. 147-168.

Kay, G. e Mott, J. (1982) *Political Order and the Law of Labour*, Macmillan, London.

Keane, J. (1988) *Democracy and Civil Society*, Verso, London.

Keane, J., ed. (1988b) *Civil Society and the State*, Verso, London.

London-Edinburgh Weekend Return Group (1979) 'Working For and Against the State', *CSE Conference papers*, 1979.

London-Edinburgh Weekend Return Group (1980) *In and Against the State*, 2nd edition, Pluto Press, London.

Marx, K. (1965) *Capital*, Vol. 1, Progress, Moscow.

Miliband, R. (1969) *The State in Capitalist Society*, Weidenfeld e Nicolson, London.

Murray, R. (1971) 'The Internationalization of Capital and the Nation-State', *New Left Review*, 67, pp. 84-109, reprinted in Radice, 1975.

- Nairn, T. (1964a) 'The Nature of the Labour Party', *New Left Review*, 27.
- Nairn, T. (1964b) 'Labour Imperialism', *New Left Review*, 28.
- Negri, A. (1988) *Revolution Retrieved*, Red Notes, London available from BP15, 2nd St Paul's Road, London N.1).
- O'Connor, J. (1973) *The Fiscal Crisis of the State*, St. Martin's Press, New York.
- Offe, C. (1972) *Strukturprobleme des kapitalistischen Staates*, Frankfurt. (Sections of the latter have been translated in *Kapitalistate*, 1, pp. 109-116 and 2, pp. 73-75, 1973; K. Von Beyme (ed.), *German Political Studies*, vol. 1, Sage, London, 1974, pp. 31-57; *Telos*, 25, Fall, 1975.)
- Offe, C. (1984) *Contradictions of the Welfare State* (John Keane, ed.), Hutchinson, London.
- Pashukanis, E. (1951) 'The General Theory of Law and Marxism', em Babb e Hazard, eds, *Soviet Legal Philosophy*, Cambridge, Mass. (New translation: *Law and Marxism: A General Theory*, Ink Links, London, 1978.)
- Picciotto, S. (1974) 'Some Thoughts on State and Law', mimeo, November.
- Picciotto, S. (1975) 'Britain and the EEC: Capital and the State', mimeo, May.
- Poulantzas, N. (1969) 'The Problem of the Capitalist State', *New Left Review*, 58, reprinted in Blackburn, R., ed., *Ideology in Social Science*, Fontana, London, 1972.
- Purdy, D. (1973) 'The Theory of the Permanent Arms Economy', *Bulletin of the CSE*, Spring.
- Purdy, D. and Prior, M. (1977) *Out of the Ghetto*, mimeo. A later version was published by Spokesman Books, 1979.
- Radice, H. and Picciotto, S. (1971) 'European Integration: Capital and the State', *Bulletin of the CSE*, I, 1, Winter.
- Red Notes/CSE Books (1979) *Working Class Autonomy and the Crisis*, Red Notes/CSE Books, London.
- Rowbotham, S., Segal, L. and Wainwright, H. (1980) *Beyond the Fragments: Feminism and the Making of Socialism*, Second Edition, Merlin, London.

Rubin, I.I. (1927/1978) 'Abstract Labour and Value in Marx's System', *Capital and Class*, 5, pp. 107-39.

Rubin, I.I. (1972) *Essays on Marx's Theory of Value*, Black and Red, Detroit.

Solomos, J. (1977) 'Some Theoretical Problems of a Marxist Theory of the State', *CSE Conference Papers 1977*.

Solomos, J. (1979) 'The Marxist Theory of the State', *Capital and Class*, 7.

Tomlinson, E. (1978) 'Althusser, Balibar and Production', *Capital and Class*, 4, pp. 127-9.

Warren, B. (1971) 'The Internationalisation of Capital and the Nation State: a Comment', *New Left Review*, 68, pp. 83-8, reprinted in Radice, 1975.

Warren, B. (1972) 'Capitalist Planning and the State', *New Left Review*, 72, pp. 3-30.

REFERÊNCIAS DAS NOTAS DOS TRADUTORES

1. Durkheim É. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret; 2001. 157 p.
2. Holloway J. La reforma del estado: capital global y estado nacional. Perfiles Latinoamericanos. 1993;1:7-32.
3. Ministério da Saúde. As cartas da promoção da saúde. Brasília, DF: MS; 2002.
4. Pachukanis EB. A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929). São Paulo: Editora Sundermann; 2017.